

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Helenize Aparecida da Silva

**O PAPEL DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO PLANEJAMENTO
FINANCEIRO: COMPREENSÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO DA UFSC**

FLORIANÓPOLIS, 2015

Helenize Aparecida da Silva

**O PAPEL DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO PLANEJAMENTO
FINANCEIRO: COMPREENSÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO DA UFSC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
disciplina de Laboratório de Gestão: Projeto de
Trabalho de Curso como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel do Curso de
Administração, do Centro Socioeconômico, da
Universidade Federal de Santa Catarina

Orientador: Dr. André Luis da Silva Leite

FLORIANÓPOLIS, 2015

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Tatiana Rossi – CRB 14/1186

S586p

Silva, Helenize Aparecida da,

O papel da previdência complementar no planejamento financeiro: compreensão dos estudantes do curso de administração da UFSC / Helenize Aparecida da Silva; orientador: Prof. Dr. André Luis da Silva Leite.

77 p. ; 21 cm

Bibliografia: p. 67-71.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

1. Planejamento Financeiro. 2. Previdência Complementar. 3. Aposentadoria. 4. Estudantes. I. Leite, André Luis da Silva. II. Título

CDU: 351.84

Helenize Aparecida da Silva

**O PAPEL DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO PLANEJAMENTO
FINANCEIRO: COMPREENSÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO DA UFSC**

Esta Monografia foi julgada adequada para obtenção do Título de Bacharel em Administração, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Administração, do Centro Socioeconômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 04 de dezembro de 2015.

Prof. André Luis da Silva Leite, Dr.
Coordenador do Curso

Banca examinadora:

Prof. André Luis da Silva Leite, Dr.
Orientador

Prof. Gilberto de Oliveira Moritz, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Marcus Vinicius Andrade de Lima, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida.

Aos meus pais, por fazerem de tudo pelos meus estudos e pelo amor incondicional.

Ao meu noivo Cesar Augusto, por todo amor, carinho e apoio para concluir esta etapa. E principalmente, pela paciência que teve nos dias difíceis.

A amiga Luiara, que me salvou diversas vezes.

Aos amigos Amanda, Gevaer, Estefany, pelo convívio e por facilitar essa jornada.

Aos professores do curso de Administração que contribuíram muito para minha formação.

Ao meu orientador Dr. André Luis da Silva Leite por me ajudar e apoiar esta ideia.

A Universidade Federal de Santa Catarina, por possibilitar que minha graduação tenha sido em uma universidade tão renomada.

Aos amigos que me distanciei nesses últimos meses. Estavam em meus pensamentos por diversos momentos.

Em especial agradeço aos participantes desta pesquisa pela colaboração.

Por fim, o maior e mais carinhoso de todos os agradecimentos, a querida professora Aline Bogoni Costa, pelo carinho, atenção e principalmente pela generosidade em me ajudar na construção de cada detalhe deste estudo. O apoio constante que você me deu, fez com que este estudo não se tornasse apenas mais um trabalho, e sim uma grande conquista. Você sempre terá minha grande admiração e meu carinho! E agradeço também por me ensinar que: “Um pouquinho por dia, dará um pouco por semana... e, muito em um mês!”.

“A sociedade produziu uma revolução na medicina que aumentou a vida do homem, mas ela não foi capaz de criar uma revolução financeira que a sustentasse com dignidade.”

John F. Kennedy

RESUMO

As mudanças econômicas e sociais ocorridas no Brasil e no mundo nas últimas décadas apresentaram um novo desafio às famílias: alcançar o equilíbrio financeiro. Destaca-se a dimensão demográfica, especialmente o aumento da expectativa de vida ao nascer que está próxima dos 75 anos, impondo o desafio iminente de preparar a população economicamente ativa para o planejamento financeiro da aposentadoria. Este estudo busca verificar qual a compreensão dos estudantes das quatro últimas fases do curso de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina sobre o planejamento financeiro por meio da previdência complementar. O método adotado caracterizou a pesquisa como descritiva e de natureza quantitativa. No que se refere a coleta de dados, realizou-se por meio de questionários disponíveis em endereço eletrônico, contando com 118 respondentes, dos quais 106 atenderam aos critérios da pesquisa. A análise dos dados obtidos possibilitou verificar que grande parte dos estudantes possui uma renda familiar acima do atual valor máximo de benefício de aposentadoria que a previdência social concede e, contraditoriamente, a maioria (84%) afirma não possuir um plano de previdência justificando não possuir condições financeiras. Mesmo informando preocupações com relação à Previdência oficial (77,4%), poucos (16%) realizam um planejamento financeiro por meio da previdência complementar com vistas a manter seu atual padrão de vida na fase pós-laborativa. Acerca de informações sobre o tema no Curso de Administração, a maior parte dos respondentes (72,6%) informou não ter cursado nenhuma disciplina que lhes proporcionasse conhecimento em finanças pessoais, embora considerem o assunto importante para seu planejamento financeiro e para sua atuação profissional. Grande parte dos estudantes pesquisados (77,4%) não considera apenas a renda do INSS para se aposentar, no entanto um pequeno percentual (16%) afirma possuir um plano de previdência complementar. Verificou-se, ainda, que, a maior parte dos estudantes pesquisados (63,2%) não sabe definir o que é previdência complementar, mas mesmo assim, consideram (75,5%) o tema importante e gostariam (86,9%) que o mesmo fosse abordado dentro de alguma disciplina obrigatória do curso de Administração da UFSC. Por fim, concluiu-se que 45,3% dos estudantes não realiza nenhum tipo de planejamento financeiro, mas a grande maioria 75,5% considera o tema deste trabalho importante para tal. Com relação à compreensão sobre previdência complementar, percebeu-se que é muito pequena, e que falta conhecimento sobre assunto, onde 86,9% dos estudantes acreditam que o assunto deveria ser abordado dentro do curso de Administração da UFSC.

Palavras-chave: Planejamento Financeiro. Previdência Complementar. Aposentadoria. Estudantes.

ABSTRACT

The economic and social changes in Brazil and the world in recent decades presented a new challenge to families: achieving financial balance. Demographic dimension It is noteworthy, especially the increase in life expectancy at birth that is close to 75 years, imposing the imminent challenge of preparing the labor force for the financial retirement planning. This study seeks to find what the understanding of students of the last four stages Administration Course of the Federal University of Santa Catarina on financial planning by pension. The adopted method characterized the research as descriptive and quantitative. As regards data collection was held through questionnaires available in electronic address, with 118 respondents, of which 106 met the search criteria. The analysis of the data enabled us to verify that most students have a household income above the current maximum amount of retirement benefit that social security grants and, paradoxically, the majority (84%) say they do not have a pension plan justifying not having financial conditions. Even stating concerns regarding official security (77.4%), few (16%) hold a financial planning through pension in order to maintain your current standard of living in post-productive working phase. About information on the topic in the Administration Course, the majority of respondents (72.6%) reported not having attended any course that would give them knowledge in personal finance, but consider the important issue for their financial planning and to their professional activities . Much of the surveyed students (77.4%) does not consider only the income of the INSS to retire, however a small percentage (16%) say they have a pension plan. There was also that most of the surveyed students (63.2%) did not know how to define what is pension, but even so, consider (75.5%) the major issue and would like (86.9%) that it be addressed in any compulsory subject in the course of Directors of UFSC. Finally, it was concluded that 45.3% of students do not perform any type of financial planning, but the vast majority 75.5% consider the theme of this important work to do so. Regarding the understanding of pension, it was realized that it is very small, and lacking knowledge of the subject, where 86.9% of students believe that the issue should be addressed within the course of Directors of UFSC.

Keywords: Financial Planning. Supplementary Pensions. Retirement. Students.

LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1 - Tamanho da amostra	43
--------------------------------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura geral do sistema previdenciário Brasileiro	26
Figura 2 - Estrutura Geral do Sistema Previdenciário Brasileiro	27
Figura 3 - Trabalho e aposentadoria	34
Figura 4 - Monografia de análise teórica	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de trabalhadores próximo a se aposentar que não poupam.....	23
Gráfico 2 - Motivos que levam os brasileiros a não poupar.....	23
Gráfico 3 - Pirâmide etária do Brasil em 1980, 2015 e 2050.....	29
Gráfico 4 - Taxa de fecundidade total no Brasil - 1940 - 2010	30
Gráfico 5 - Déficit da previdência RGPS	31
Gráfico 6 - Defasagem de salário em relação aos benefícios pagos pelo INSS	33
Gráfico 7 - Estudantes ou não de Administração da UFSC	46
Gráfico 8 - Fase predominante.....	47
Gráfico 9 - Período	47
Gráfico 10 - Sexo	48
Gráfico 11 - Faixa etária	48
Gráfico 12 - Principal fonte de renda.....	49
Gráfico 13 - Renda familiar.....	50
Gráfico 14 - Índice brasileiros graduados.....	51
Gráfico 15 - Cursou disciplina na qual aprendeu noções de finanças pessoais.....	52
Gráfico 16 - Possui algum planejamento financeiro?	52
Gráfico 17 - Pensa/planeja sua aposentadoria?.....	53
Gráfico 18 - Idade v.s. respondentes que afirmaram não pensar/planejar a aposentadoria.....	54
Gráfico 19 - Considera apenas a renda do INSS para se aposentar?	54
Gráfico 20 - Quais rendas pretendem dispor para aposentadoria.....	55
Gráfico 21 - Sabe definir o que é previdência complementar?.....	56
Gráfico 22 - Possui plano de previdência complementar?	57
Gráfico 23 - Motivo da adesão	57
Gráfico 24 - Motivo pelo qual não possuem plano de previdência complementar.....	58
Gráfico 25 - Renda Familiar v.s. Não possuem condições financeiras	59
Gráfico 26 - Considera o tema previdência complementar relevante para seu planejamento financeiro	59
Gráfico 27 - Grau de importância ao assunto.....	60
Gráfico 28 - O assunto deveria ser abordado dentro do curso.....	61
Gráfico 29 - Grau de importância para formação em Administração.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPP	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
CAP	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CETRUS	Fundação Banco Central de Previdência Privada
CGPC	Conselho de Gestão da Previdência Complementar
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
EAPC	Entidades Abertas de Previdência Complementar
EFPC	Entidades Fechadas de Previdência Complementar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
MONGERAL	Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS	Ministério da Previdência Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEA	População Economicamente Ativa
PETROS	Fundação Petrobras de Seguridade Social
PGBL	Plano Gerador de Benefícios Livres
PIB	Produto Interno Bruto
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPC	Regime de Previdência Complementar
RPPS	Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
VGBL	Vida Gerador de Benefícios Livres

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS	15
1.1.1	Objetivo geral.....	15
1.1.2	Objetivos específicos.....	15
1.2	JUSTIFICATIVA.....	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1	PLANEJAMENTO FINANCEIRO.....	18
2.2	O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA	21
2.3	O CONTEXTO PREVIDENCIÁRIO NO BRASIL	24
2.3.1	Estrutura Geral do Sistema de Previdência no Brasil	25
2.4	PREVIDÊNCIA SOCIAL	27
2.5	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	32
2.6	ENTIDADES FECHADAS E ENTIDADES ABERTAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	34
2.6.1	Entidades Abertas de Previdência Complementar	35
2.6.2	Entidades Fechada de Previdência Complementar	35
2.6.2.1	Previdência Associativa.....	36
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	39
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	39
3.2	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	41
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA	42
3.4	ANÁLISE DOS DADOS	44
3.5	DIFICULDADES DO ESTUDO.....	45
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	46
4.1	DADOS GERAIS	46
4.2	ANÁLISE DA COMPREENSÃO DA POPULAÇÃO INVESTIGADA SOBRE O TEMA	51
4.3	DISCUSSÃO DOS ACHADOS DA PESQUISA.....	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS.....	68
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	74

1 INTRODUÇÃO

É bastante comum que os meios de comunicação noticiem as dificuldades enfrentadas pela população em termos de planejamento financeiro, seja no que tange à administração dos recursos que possuem, a exemplo da utilização de limites de crédito e quitação de dívidas, seja em aspectos relativos ao planejamento financeiro para o futuro. Falar e realizar o planejamento financeiro, para muitos, torna-se “uma pedra no meio do caminho”. Sobre este último, o planejamento financeiro para o futuro, tema de grande relevância ao se considerar o cenário de envelhecimento da população mundial, estão centradas as análises apresentadas no presente trabalho, as quais foram realizadas por meio de pesquisa empírica junto a estudantes do curso de Administração, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Entende-se por Planejamento Financeiro para o futuro o processo de gerenciamento de recursos para atender necessidades e alcançar objetivos. Macedo Junior (2013) coloca que planejar o futuro é redirecionar os gastos para aquilo que realmente pode melhorar a qualidade de vida, e declara que um bom planejamento pode trazer mais resultados para o futuro do que anos de trabalho, afirmando que esse é o diferencial entre sonhadores e realizadores.

A Previdência Complementar pode ser compreendida como um dos alicerces do Planejamento Financeiro para o futuro. Segundo Coelho e Camargos (2012), ela tem sido um importante instrumento de planejamento às pessoas em idade produtiva, inseridas no mercado de trabalho, por meio do qual estas buscam minimizar os riscos sociais e acumular reservas financeiras capazes de propiciar rendas e qualidade de vida na fase pós-laborativa.

Tal necessidade se justifica, cada vez mais, pelas características do sistema público de concessão de benefícios previdenciários no Brasil, que tem se mostrado insuficiente para garantir uma aposentadoria que preserve a renda das pessoas, comparativamente ao padrão de vida vivenciado pelas mesmas antes de se aposentarem (COELHO; CAMARGOS, 2012). Neste contexto, alguém que, em sua vida laborativa, tenha renda de R\$ 10.000,00 e se aposente nas atuais condições do teto previdenciário concedido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), receberá o

valor máximo de R\$4.663,75, terá uma perda de renda mensal de 53%, necessitando ter se planejado financeiramente para o futuro com outras fontes de recursos.

O planejamento da aposentadoria leva em conta aspectos do ponto de vista financeiro de forma a melhorar as condições de vida nessa fase "pós-laboral". A mudança na composição da sociedade brasileira de acordo com Coelho e Camargos (2012), principalmente no que tange ao aumento da população idosa, com idade a partir dos 60 anos, desperta uma atenção para a qualidade de vida desses idosos, uma vez que os gastos, nessa idade, podem se mostrar representativos, levando uma pessoa a ter dificuldade financeira, no caso de não se ter uma aposentadoria pública ou privada em patamares compatíveis com tais necessidades.

Para planejar o futuro por meio da previdência complementar, a educação financeira torna-se fundamental. Entretanto, é comum que muitas pessoas não estejam informadas e conscientes da necessidade de poupar no longo prazo. A formação da poupança previdenciária complementar deve ser adequada às condições de vida de cada pessoa e exige tempo e dinheiro. Quanto mais cedo começa-se a economizar, melhor. Delboni (2003) acrescenta que atualmente, os jovens estão acompanhando mais de perto a aposentadoria de seus pais e possuindo, portanto, a chance de perceber a dificuldade de sobrevivência com os valores impostos pela previdência oficial. Essa situação também reforça para o entendimento, particularmente dos jovens mais instruídos e com melhor formação, de que é necessária uma aposentadoria complementar, a fim de que não vejam a história repetir-se com suas vidas.

Em termos acadêmicos, ainda são insipientes os estudos na área de previdência complementar. De acordo com Silva, Nobre e Costa (2013), em um estudo realizado acerca da produção científica em administração sobre a previdência brasileira, os resultados da pesquisa evidenciam uma quantidade limitada de artigos sobre a temática, principalmente na área de administração. Dessa forma, segundo os autores, entende-se que a produção no campo, no Brasil, dada a importância da Previdência na vida social e econômica dos cidadãos, ainda é irrisória, e recomenda-se realizar pesquisas futuras com estudos mais aprofundados sobre o tema, não apenas trazendo diagnósticos, mas com soluções para os problemas da Previdência, para que ela possa se consolidar como mecanismo de proteção social, cobrindo toda população de

brasileiros sem, para isso, onerar o sistema financeiro do país (SILVA; NOBRE; COSTA, 2013).

Pesquisou-se no Portal de Periódicos da Capes as expressões “planejamento financeiro” “and” “previdência complementar”, na data de 18 de outubro de 2015, retornando 44 estudos, dos quais apenas o acima citado trata efetivamente do tema deste estudo.

Ao mesmo tempo, no caso do curso de graduação em Administração, como futuros gestores de organizações, entende-se como importante a base deste conhecimento, tendo em vista a relevância do tema e a importância para a sociedade. Afinal, como o tema “planejamento financeiro por meio da previdência complementar” é compreendido no meio acadêmico do curso de Administração? O conhecimento acerca do assunto está sendo debatido e disseminado?

Diante desse contexto, o presente estudo visa responder a seguinte pergunta de pesquisa: qual a compreensão de estudantes do curso de administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sobre o planejamento financeiro por meio da previdência complementar?

1.1 OBJETIVOS

A seguir estão descritos os objetivos geral e específicos desse estudo.

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral desse estudo é verificar qual a compreensão de estudantes das quatro últimas fases do curso de administração da UFSC, sobre o planejamento financeiro por meio da previdência complementar.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) descrever, por meio de fundamentação teórica, os aspectos centrais do tema Planejamento Financeiro;

- b) contextualizar e apresentar a compreensão acerca do tema Previdência Complementar;
- c) analisar *como ocorre* o planejamento financeiro por meio da Previdência Complementar;
- d) verificar como estudantes das quatro últimas fases do Curso de Administração da UFSC compreendem e se compreendem o planejamento financeiro por meio da Previdência Complementar.

1.2 JUSTIFICATIVA

De acordo com Cazassa (2002), as reformas na previdência social, que acabam por desenhar mais limitações para a obtenção de benefícios, com tetos cada vez menores, fazem com que a previdência complementar passe a ser considerada como uma necessidade básica. Essa necessidade se dá pela perda do valor real dos benefícios concedidos pelo INSS, mediante aos hábitos de consumo das famílias que tendem a não ser cobertos financeiramente somente pela aposentadoria pública. Nesse sentido, o autor aponta a necessidade de uma reflexão, por parte da sociedade, sobre como planejar sua previdência complementar (CAZASSA, 2002).

Segundo Zylberstajn, Afonso e Souza (2006), considerando uma série de razões históricas e institucionais, mesmo com as reformas recentes, o sistema previdenciário brasileiro ainda está distante do equilíbrio atuarial. O déficit da previdência social ainda pode ser compreendido pela relação entre contribuintes e beneficiários que, em 1950, era de oito contribuintes para cada beneficiário, passando, em 1997, para apenas 1,7 contribuintes por beneficiário (CARVALHO; MURGEL, 2007).

A forma de financiamento do regime de previdência social é um dos maiores problemas enfrentados por diversos países, em virtude das mudanças demográficas que vêm ameaçando essa capacidade de financiamento. Estudos apontam que o sistema de previdência social americano e de outros países europeus, além do Japão, deverão enfrentar problemas de financiamento, até o ano de 2030, e que o equacionamento adequado da questão previdenciária é um dos pilares para a organização das contas públicas (ELLERY JUNIOR; BUGARIN, 2003).

Nesse contexto, o planejamento financeiro por meio da previdência complementar torna-se imprescindível para os jovens. Dessa forma, surge o interesse em pesquisar qual a percepção dos mesmos sobre a importância do tema deste trabalho, por estarem na melhor idade para começar suas reservas podendo levar bastante tempo para o acúmulo sem precisar dispor de um valor muito alto. O interesse e a relevância do tema se dão também em virtude das crescentes reformas no sistema de previdência que afetam principalmente os jovens iniciantes no mercado de trabalho. Através das medidas adotadas pelo governo para tentar melhorar as contas da previdência social os valores dos benefícios estão cada vez menores, tornando-se insuficiente para manter o padrão de vida conquistado.

Concordando com essa realidade Luquet (2001, p. 10) acrescenta que o planejamento da aposentadoria é uma excelente alternativa, e afirma que:

Programar-se para a aposentadoria é o que fará a diferença entre você e os muitos aposentados que precisam continuar trabalhando para completar a renda. Esperar que o governo mantenha seu padrão de vida quando você tiver parado de trabalhar é uma ilusão. Este é assunto só seu.

A opção pelo público dos estudantes de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina justifica-se por ser um público jovem no qual é o interesse desta pesquisa, e por já possuírem contato com matérias de cunho financeiro, o que torna a pesquisa consistente e viável. Além disso, entende-se que a formação em Administração deva proporcionar um mínimo conhecimento sobre a temática, a fim de tornar administradores capazes entender a necessidade de planejamento em longo prazo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresentam-se, de modo sucinto neste item, aspectos teóricos referentes ao planejamento financeiro e ao contexto e estrutura previdenciária brasileira.

2.1 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Diante do consumo excessivo presente nos dias de hoje, muitos indivíduos contraem dívidas, tornam-se inadimplentes, e em muitos casos, comprometem uma parcela significativa de suas rendas sem pensar no amanhã, não conseguindo poupar nenhum valor. Para evitar que isso aconteça, Santos (2014) explica a importância de as famílias registrarem e monitorarem continuamente todas as receitas obtidas e os gastos realizados em determinado período. Refere-se à formalização do planejamento financeiro, o qual permitirá que a pessoa visualize de forma organizada como estão suas contas hoje e como elas ficarão no período projetado, caso nenhum evento adverso aconteça.

Macedo Junior (2013) define planejamento financeiro como o processo de gerenciamento do dinheiro com o objetivo de atingir a satisfação pessoal, pois permite atender as necessidades e alcançar os objetivos ao longo da vida. Esse planejamento inclui programação de orçamento, racionalização de gastos e otimização de investimentos.

O conhecimento sobre finanças pessoais não deve permanecer apenas nos especialistas da área financeira, de acordo com Segundo Filho (2003), qualquer pessoa independente de sua atividade profissional, deve conhecer os princípios básicos necessários à administração de sua vida financeira. O autor coloca que é de grande importância saber poupar, escolher os investimentos que proporcionem melhor rentabilidade, administrar os riscos envolvidos nessas operações e também, entender e saber escolher o perfil de investidor aos objetivos de curto e longo prazo (SEGUNDO FILHO, 2003).

À medida que as pessoas se desenvolvem, Santos (2014) coloca que os gastos tendem a aumentar naturalmente no decorrer da vida. Por isso, é indispensável que o planejamento financeiro comece muito cedo e seja utilizado em todas as fases do

desenvolvimento humano, inclusive na velhice, como categoriza a Organização Mundial da Saúde (OMS):

- a) criança na primeira infância: período que vai do nascimento até os 3 anos;
- b) criança na segunda infância: período que vai de 3 anos e um dia até 6 anos;
- c) criança na terceira infância: período que vai de 6 anos e um dia até 12 anos;
- d) adolescência: período que vai de 12 anos e um dia até 18 anos;
- e) adulto jovem: período que vai de 18 anos e um dia até 40 anos;
- f) adulto intermediário: período que vai de 40 anos e um dia até 60 anos;
- g) velhice: período a partir dos 60 anos. (SANTOS, 2014).

Nesse sentido Macedo Junior (2013) explica que quando se fala em planejamento financeiro, para quem ainda não possui, o ideal é começar quando se está sem problemas financeiros, pois quando a situação não é de crise, o plano financeiro visa redirecionar os gastos para o que de fato pode melhorar a qualidade de vida. Dessa forma, o autor indica seis passos que devem ser seguidos: determinar a atual situação financeira; definir objetivos; criar metas de curto prazo para cada objetivo; avaliar a melhor forma de atingir as metas; colocar em prática um plano de ação; e revisar as estratégias (MACEDO JUNIOR, 2013).

Segundo Santos (2014), uma das modalidades de investimento para seu planejamento financeiro é a previdência complementar, pois funciona de forma simples, onde durante o período em que está trabalhando, o investidor paga um pouco por mês, de acordo com sua disponibilidade, acumulando assim um saldo que poderá ser resgatado integralmente ou recebido mensalmente quando se aposentar. Na realidade, os planos de previdência atuam como um investimento de longo prazo: quanto maior o volume investido, maior será a renda mensal. Outra vantagem segundo o mesmo autor é a modificação que o governo realizou na tributação da previdência complementar, possibilitando melhores rendimentos líquidos para quem manter o dinheiro aplicado por mais tempo (SANTOS, 2014).

Para conseguir uma situação financeira sustentável e uma aposentadoria financeiramente saudável, é importante estabelecer o hábito de poupar regularmente. Santos (2014) apresenta pontos relevantes para essa fase do planejamento financeiro:

- a) definir quando pretende se aposentar: refletir sobre questões simples como, por exemplo, quando pretende se aposentar e com que renda espera financiar os gastos com saúde, moradia, alimentação, transporte e lazer. Um erro comum entre as pessoas é decidir parar por impulso, pela falta de motivação no emprego, ou pelo cansaço físico. Nesse caso, o planejamento é colocado de lado, interferindo no valor da aposentadoria e, conseqüentemente, na qualidade de vida dos beneficiados.
- b) saber com quais receitas poderá contar: contar com a previdência social para se sustentar na aposentadoria é uma estratégia muito arriscada, tendo em vista a conjugação de fatores, como a possibilidade de redução dos valores por parte do governo, a aplicação do fator previdenciário que interfere de forma negativa no valor das aposentadorias e as incertezas quanto ao comportamento dos fundamentos de mercado (ex.: inflação, taxa de juros, carga tributária, Produto Interno Bruto – PIB, etc.) no período da aposentadoria.
- c) estimar o quanto precisará juntar: sonhar com uma aposentadoria tranquila e calcular o quanto ela irá custar. É necessário estimar o padrão de gastos que terá ao se aposentar. Ainda que algumas despesas devam diminuir, como os gastos com filhos, outras devem subir, como os gastos com saúde. Na hora de fazer as contas do quanto precisará poupar o ideal é projetar uma necessidade de renda assumindo que irá viver ao menos até os 90 anos.
- d) fazer revisão contínua dos planos para a aposentadoria: ao verificar que não será possível poupar o necessário antes de se aposentar, é necessário rever o plano. Provavelmente será preciso se aposentar um pouco mais tarde. E, como poupar nada mais é do que decidir adiar uma decisão de consumo, deve-se refletir se vale a pena manter o estilo de vida de hoje, em detrimento do padrão de vida na aposentadoria.

Nesse contexto, Macedo Junior (2013) afirma que poupar um pouco todo mês é necessário e interessante por diversas razões, pois permite um acúmulo de dinheiro para uso futuro, economias para educação dos filhos, aposentadoria, reforma da casa,

compra do primeiro imóvel, bem como para a realização de outros projetos. E conclui que, o planejamento financeiro deve funcionar como um mapa para a vida financeira de cada indivíduo. Mostra onde se está, aonde se quer chegar e quais caminhos percorrer para uma trajetória bem sucedida (MACEDO JUNIOR, 2013).

2.2 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

Segundo Pinheiro (2008), a educação financeira pode ser definida como a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o seu ciclo de vida. Usuários desse tipo de produto, quando devidamente instruídos, têm a capacidade de lidar com as questões financeiras do cotidiano e os imprevistos, avaliar o impacto das decisões para a sua vida e a de sua família, compreender seus direitos e suas responsabilidades e ter o conhecimento de fontes confiáveis de consulta.

Em muitos países a educação financeira ainda é pouco trabalhada, Accioly (2007) coloca que no Brasil não existe de fato a prática da educação financeira, pois o assunto não é tratado nas escolas, no trabalho, nem mesmo em casa, onde se inicia todo o processo educativo.

De acordo com Correia (2014) a educação financeira tratada desde a infância ajudaria as crianças a compreender o valor do dinheiro, gerir orçamentos e poupar. Um dos métodos utilizados em algumas escolas da rede pública e privada de ensino é o DSOP – Diagnosticar, Sonhar, Orçar e Poupar, que objetiva conscientizar não só as crianças, mas também suas famílias, no que se refere ao uso do dinheiro através de metodologia comportamental, lidando com seus hábitos.

A educação previdenciária, tem se tornado ainda mais relevante devido às recentes mudanças demográficas com a elevação da longevidade e a queda na taxa de fecundidade, já nos aspectos sociais pela ascensão dos níveis de renda da população do Brasil (BRASIL, 2015a).

Nesse contexto Correia (2014, p. 1) coloca:

A educação previdenciária, na verdade, é uma vertente da financeira. O apoio do Estado é fundamental para que se faça uso adequado dos serviços financeiros. Para isto é necessário que a escola trabalhe

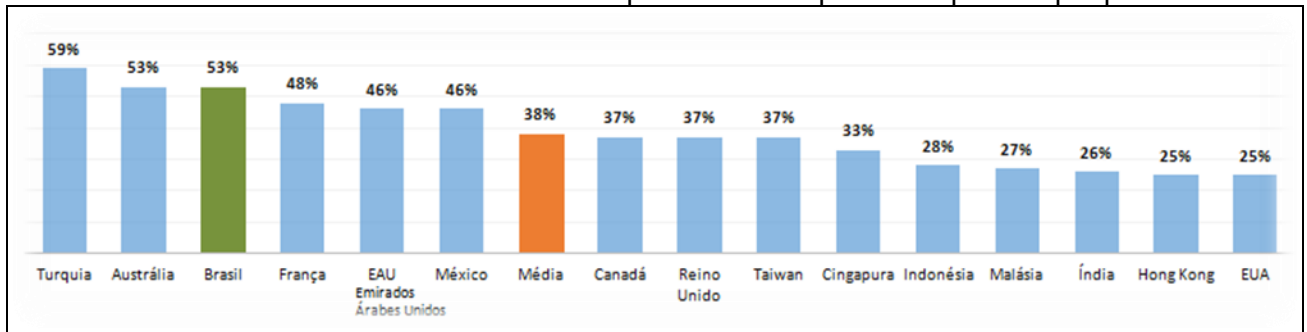
disciplinas que tratem do assunto abordado, desde o Ensino Fundamental e durante toda a formação educacional do indivíduo. Com isso, o conhecimento tanto da Previdência Social quanto da Previdência Privada, agregado aos valores familiares, aumenta a margem de êxito no que se refere ao bom uso dos serviços financeiros.

No caso específico da previdência complementar, segundo Brasil (2015a) a educação é particularmente importante devido às características específicas associadas a esse produto financeiro, dentre as quais se destacam: carência da cultura de poupança em longo prazo do país; envelhecimento populacional; complexidade e especificidade dos termos e conceitos relacionados ao setor; tendência na migração dos planos de aposentadoria da modalidade de benefício definido para os planos de benefícios nas modalidades de contribuição definida e mista; e alto nível de responsabilidade exigida dos membros estatutários dos fundos de pensão.

Nesse sentido, Correia (2014) coloca que a insuficiência da educação previdenciária pode ser considerada um dos fatores que justifica os baixos índices de poupança da sociedade brasileira. Ao comprar um eletrodoméstico, um imóvel, um veículo, o consumidor utiliza do seu investimento no ato do pagamento. Produtos financeiros com características de retorno a longo prazo, em que a capitalização de recursos é essencial, como na aposentadoria privada, são pouco atrativos para a população pelo fato de o recurso investido ser concretizado apenas no futuro, em alguns casos com prazo superior a 30 anos.

Correia (2014) acrescenta que atualmente, a Comissão Técnica Nacional de Seguridade da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) classifica a população brasileira como consumista e com pouca preocupação em relação à poupança financeira e fase pós-aposentadoria. Uma pesquisa realizada pelo banco HSBC (2015) confirma essa classificação e apresenta (gráfico 1) que grande parte dos brasileiros próximos da aposentadoria não está economizando, nem pretendem começar a poupar para o período não laborativo. Entre quinze países analisados pelo levantamento apenas a Turquia poupa menos para velhice 59% do que o Brasil, que segue empatado em segundo lugar com a Austrália 53%.

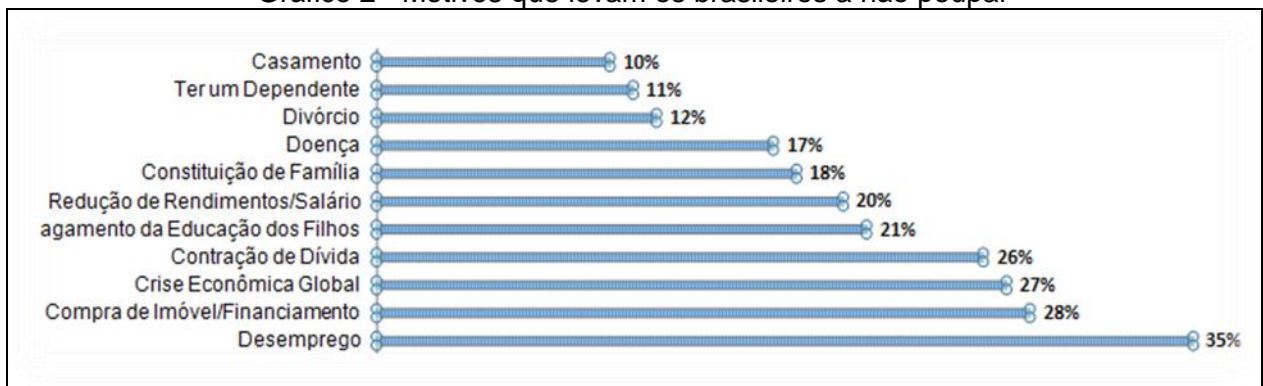
Gráfico 1 - Percentual de trabalhadores próximo a se aposentar que não poupam



Fonte: Adaptado de HSBC (2015)

As razões de não poupar também foram estudadas pela pesquisa do banco HSBC (2015), que segundo gráfico 2 quando o brasileiro chega próximo à fase da aposentadoria, percebe que deveria ter começado a poupar mais cedo. Os motivos da não poupança são diversos, no topo da lista está o desemprego (35%), seguido pela compra de imóvel (28%), crise econômica global (27%), contratação de dívida (26%), educação dos filhos (21%), redução de salário (20%), constituição de família (18%), doença (17%), divórcio (12%), ter um dependente (11%) e até mesmo casamento (10%).

Gráfico 2 - Motivos que levam os brasileiros a não poupar



Fonte: Adaptado de HSBC (2015)

Sendo assim, a respeito da poupança Macedo Junior (2013, p. 61) arremata:

A poupança é a semente do seu trabalho. Quando investe, você está plantando seu futuro e construindo sua árvore do dinheiro. Se adubá-la corretamente, poupando de forma sistemática e investindo, você poderá ter renda para sempre sem depender da venda do seu tempo para ganhar dinheiro. Poderá trabalhar e fazer aquilo que realmente o faz feliz.

2.3 O CONTEXTO PREVIDENCIÁRIO NO BRASIL

A previdência é um modelo de poupança de longo prazo com o intuito de manutenção da renda do indivíduo no período da aposentadoria (AMARAL, 2013).

A primeira iniciativa de previdência no Brasil segundo Silva (1997) ocorreu em 1888, com a criação do direito à aposentadoria dos empregados dos Correios. No mesmo ano foi criada a Caixa de Socorro, para os empregados da Estrada de Ferro, e ainda no ano seguinte, criava-se o Fundo de Pensão para os funcionários da Imprensa Nacional. Nessa época, a classe operária no Brasil começa a se organizar, criando as Corporações, Caixas Benéficas, Sociedades de Socorro Mútuo e posteriormente os Sindicatos, os quais todos eram livres e autônomos, sem qualquer vínculo com o Estado.

De acordo com a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) (2015), o século XIX foi marcado pelo surgimento da previdência privada brasileira, inaugurada em 10 de janeiro de 1835, com a criação do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado (MONGERAL) proposto pelo então Ministro da Justiça, Barão de Sepetiba, que, pela primeira vez, oferecia planos com características de facultatividade e mutualismo.

Criados na forma de previdência aberta, os montepios eram instituições sem fins lucrativos que arrecadavam suas contribuições de determinadas categorias profissionais, oferecendo, em contrapartida, benefícios previdenciários para aqueles que dele necessitassem. Somente os contribuintes do plano é que tinham direito aos benefícios (ZORZI, 2007).

O grande marco histórico na institucionalização da previdência social no Brasil, de acordo com Silva (1997), foi a Lei nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, denominada Lei Elói Chaves, em homenagem a seu proponente. Determinando a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP) para os empregados das empresas ferroviárias. Em seguida, a Lei Eloy Chaves se estendeu para os portuários e marítimos, trabalhadores dos serviços telegráficos e radiográficos, empregados dos serviços de força, luz e bondes, empregados em mineração e aeroviários.

Dias e Cabral (1997) descrevem que as CAP eram organizadas através de sociedades civis, administradas por uma comissão composta por representantes dos

empregados e da empresa, sendo que dentre estes últimos era escolhido o presidente da comissão. O poder Público não interferia na administração das CAP, exercendo, apenas, um controle externo sobre elas.

De acordo com a Lei Elói Chaves os ferroviários tinham direito a quatro benefícios básicos, que garantiam aos seus segurados e dependentes de assistência médica, medicamentos com preços reduzidos, aposentadoria ordinária e por invalidez e pensão por morte (SILVA, 2009).

Esse cenário para Chan, Silva e Martins (2010) contribuiu para incentivar a intervenção governamental na regulamentação da previdência privada, alcançando com a promulgação da Lei no 6.435, de 15 de julho de 1977, regulamentada pelo Decreto no 81.240, de 20 de janeiro de 1978. De acordo com o art. 1º dessa lei, as entidades de previdência privada:

são as que têm por objeto instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos empregadores ou de ambos (BRASIL, 1977).

Mais tarde essa lei foi revogada pela Lei Complementar número 109, de 29 de maio de 2001, a qual dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

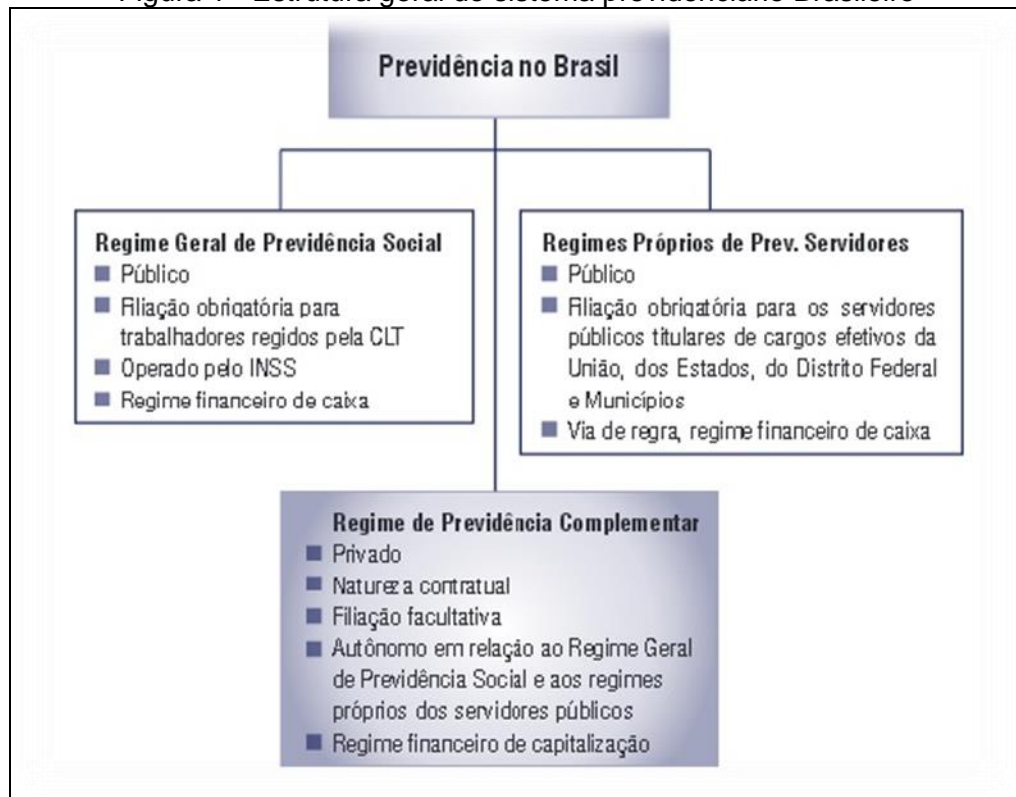
2.3.1 Estrutura Geral do Sistema de Previdência no Brasil

A Previdência Social no Brasil está composta por três pilares, que são: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e o Regime de Previdência Complementar (RPC). Os dois primeiros regimes, de caráter obrigatório, são operados por órgãos públicos, que recolhem contribuição e pagam, dentro do mesmo exercício financeiro, benefícios aos aposentados e pensionistas. A simultaneidade e a equivalência entre os valores recolhidos e os pagos caracterizam o que se denomina regime de caixa (BRASIL, 2008).

A previdência complementar, regime que constitui o terceiro pilar do sistema previdenciário brasileiro, tem caráter facultativo e visa proporcionar ao trabalhador

proteção previdenciária adicional, de acordo com sua respectiva necessidade e vontade. Às entidades que administram o regime complementar cabe recolher as contribuições, aplicar o patrimônio acumulado e pagar os benefícios aos assistidos. A essa forma de financiamento, em que o pagamento dos benefícios depende também do rendimento do patrimônio, denomina-se regime de capitalização (BRASIL, 2008).

Figura 1 - Estrutura geral do sistema previdenciário Brasileiro



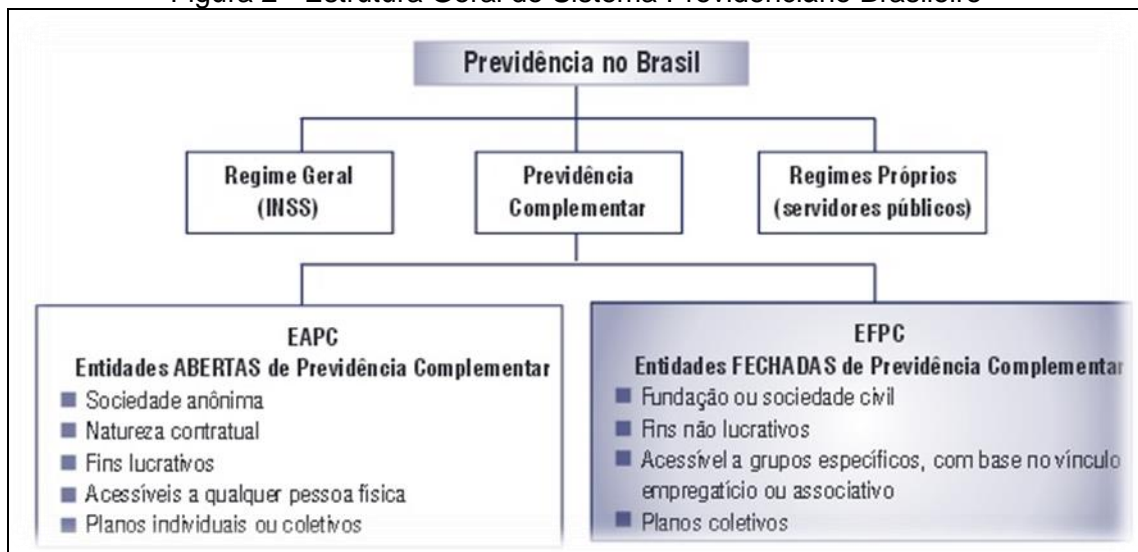
Fonte: Brasil (2008, p.10).

Com relação à estrutura da previdência complementar, segundo Brasil (2008) a mesma é integrada por dois segmentos distintos e com características próprias, a previdência fechada, também denominada de fundos de pensão, e a previdência aberta. Os fundos de pensão organizam-se sob a forma de entidade civil sem fins lucrativos e são acessíveis a grupos específicos de trabalhadores, vinculados a empregadores, chamados de Patrocinadores, ou a entidades representativas de classe, denominadas Instituidoras. A fiscalização dos fundos de pensão é exercida pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e sua atividade regulada por representantes do governo e da sociedade, integrantes do Conselho de Gestão da

Previdência Complementar (CGPC). Ambos, órgãos vinculados ao Ministério da Previdência Social. As entidades que operam no segmento aberto são sociedades anônimas, que exercem suas atividades sempre com finalidade lucrativa. O acesso a esse segmento da previdência é facultado a qualquer cidadão, independentemente do vínculo profissional ou associativo.

O funcionamento das entidades abertas de previdência é autorizado e fiscalizado pela SUSEP, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, e normatizado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Figura 2 - Estrutura Geral do Sistema Previdenciário Brasileiro



Fonte: Brasil (2008, p. 12).

2.4 PREVIDÊNCIA SOCIAL

Segundo Silva (1997) A previdência social possui seu conceito ligado à seguridade social, que consiste em ações que se destinam a assegurar direitos ligados à saúde, à previdência e à assistência social. É uma forma de garantia do Estado ao bem-estar social, através de ações, princípios e políticas, à proteção dos indivíduos que constituem a sociedade.

Martins (2004, p. 16), acrescenta que “A previdência social consiste, portanto, em uma forma de assegurar ao trabalhador, com base no princípio da solidariedade, benefícios ou serviços quando seja atingida uma contingência social”.

Os aspectos fundamentais da previdência social podem ser definidos por Souza Junior (2002, p. 19) da seguinte forma:

O ramo da política social que visa programar o benefício do homem, ou seja, a previdência social é o complexo orgânico de expressão mais relevante, que cresce à medida que evolui na direção da seguridade social, sendo entendido, de forma geral, como o conjunto de medidas obrigatórias, cujo objeto é proteger todo indivíduo e sua família das consequências de uma inevitável calamidade socioeconômica. Assim, a finalidade da seguridade social é atingir a totalidade dos indivíduos da população nacional, cobrindo o maior número possível de risco, com pagamento de benefícios.

No Brasil a previdência social funciona pelo regime de caixa. Isto significa que as contribuições efetuadas pelos indivíduos ativos hoje, já são automaticamente utilizadas pelos indivíduos inativos. Assim, os recursos previdenciários não são suficientes para pagar a massa de aposentados (WEINTRAUB, 2003). Como consequência, Correia (2014) afirma que a responsabilidade pela aposentadoria será então retirada do Estado e transferida para os indivíduos, aumentando ainda mais a importância da educação financeira como assistência para garantia do futuro.

Correia (2014) explica que o crescimento da taxa de longevidade tem como efeito a queda no número de trabalhadores ativos, também afetado pelo baixo índice de natalidade, ocasionando menos recolhimento para previdência social.

Esse envelhecimento populacional pode ser visualizado no gráfico 3 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apresenta a pirâmide etária do país em 1980, 2015 e a projeção de como será em 2050. As pirâmides evidenciam as dificuldades da previdência social, pois ela opera pelo regime de repartição, em que as parcelas mais jovens da população (as faixas inferiores das pirâmides), financiam no mercado de trabalho as aposentadorias das parcelas mais idosas (as faixas superiores das pirâmides).

Gráfico 3 - Pirâmide etária do Brasil em 1980, 2015 e 2050



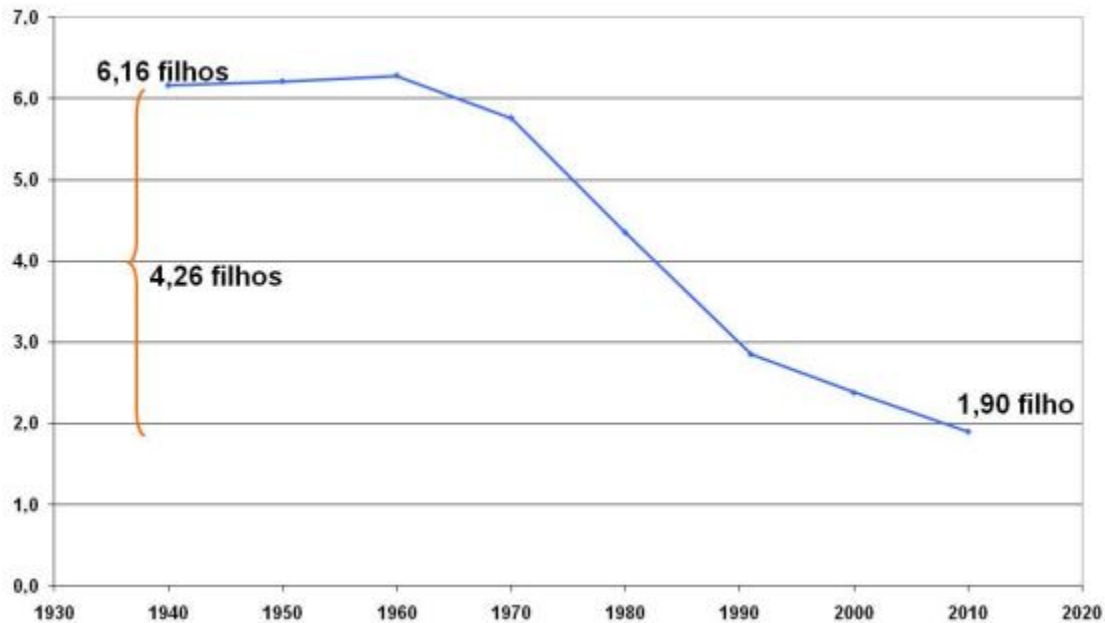
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008).

O envelhecimento da população para Nery (2015) é entendido geralmente de maneira errônea, apenas como fato de que os brasileiros estão vivendo mais. Na verdade, o aumento da composição de idosos na população, se deve também, em boa parte, pela redução da taxa de natalidade no país. Onde há uma redução de nascimentos na população e, portanto, a médio prazo, de População Economicamente Ativa (PEA), apta a trabalhar e financiar a Previdência.

O gráfico 4 evidencia o declínio da taxa de fecundidade. Segundo os resultados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o número médio de filhos

nascidos vivos por mulher ao final de seu período fértil, no Brasil, foi de 1,90. Diminuição de 69,2% em relação ao valor de 1940.

Gráfico 4 - Taxa de fecundidade total no Brasil - 1940 - 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010, p. 18).

Esse futuro quadro segundo Correia (2014) pode ameaçar a viabilidade dos arranjos previdenciários baseados no regime de repartição simples, firmado no pacto geracional, característicos do sistema público de previdência. Essa fragilidade atual do sistema de previdência social, nada mais é do que uma consequência da proporção trabalhador/aposentado, sendo necessário até cinco contribuintes para arcar com o pagamento de um salário mínimo a um aposentado.

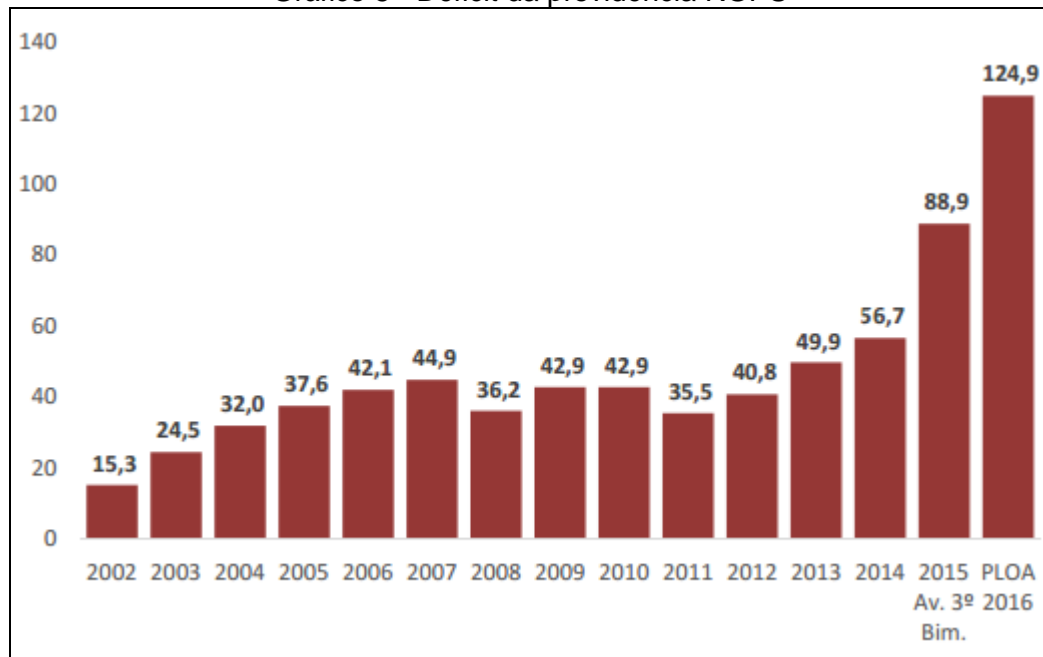
Chan, Silva e Martins (2006) concordam que um dos principais fatores que inviabilizam o atual modelo da previdência social está na relação entre contribuinte e beneficiário, e acrescentam que o tempo de contribuição para a aposentadoria, excessivos tributos sobre a folha de salários e a existência de aposentadorias especiais também corroboram para o desgaste do modelo.

Jardim (2007, p. 10) comenta a origem da fragilidade do atual sistema de previdência social:

A crise do sistema tem suas raízes na implantação do modelo previdenciário. Originou-se na contradição estrutural de um sistema em crescente expansão, sem que esse processo tenha sido acompanhado de alterações no mesmo sentido, na base financeira. Ou seja, houve uma grande absorção de extensas parcelas da população na cobertura da seguridade social, da mesma forma que houve uma queda progressiva da receita previdenciária, seja por diminuição da contribuição do Estado, seja devido à diminuição da participação empresarial e mesmo em relação à gestão dos recursos captados.

A previdência social é um dos maiores problemas estruturais das contas públicas do Brasil e o grande responsável pelo déficit primário do Governo Federal (REZENDE, 2001). O déficit do INSS segundo Martello (2015) deverá avançar 40,5% em 2016 e atingir a marca de R\$ 124,9 bilhões, segundo estimativas divulgadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão conforme (MPOG) (gráfico 5). De acordo com o autor, será a primeira vez que o déficit do INSS superará a barreira dos R\$ 100 bilhões (MARTELLO, 2015). No ano de 2015, a estimativa é de que o resultado negativo some R\$ 88,9 bilhões, aumento de R\$ 36 bilhões de 2014 para 2015.

Gráfico 5 - Déficit da previdência RGPS



Fonte: Brasil (2015b, p. 14).

2.5 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A previdência complementar, regime que constitui o terceiro pilar do sistema previdenciário brasileiro, de acordo com Brasil (2008), tem caráter facultativo e visa proporcionar ao trabalhador proteção previdenciária complementar, de acordo com sua respectiva necessidade e vontade. Às entidades que administram o regime complementar cabe recolher as contribuições, aplicar o patrimônio acumulado e pagar os benefícios aos assistidos.

O sistema de previdência complementar, segundo Schwarz (2006) foi criado com o objetivo de garantir uma renda suficiente à manutenção do trabalhador ou seus dependentes, quando ele se tornasse incapaz de gerar a própria renda, por diversos motivos como morte, idade avançada, doença ou desemprego. Faz parte desse objetivo a função de reduzir a pobreza dos idosos e a de evitar que haja grande queda do padrão de consumo na velhice em relação ao padrão da idade produtiva. A questão fundamental num contexto de envelhecimento populacional seria como conseguir manter esses sistemas atrativos, atuarialmente justos e financeiramente viáveis a trabalhadores e aposentados.

Tavares (2005) explica que a previdência privada é um sistema complementar e facultativo de seguro, com natureza contratual. O regime de previdência privada, de caráter complementar é organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.

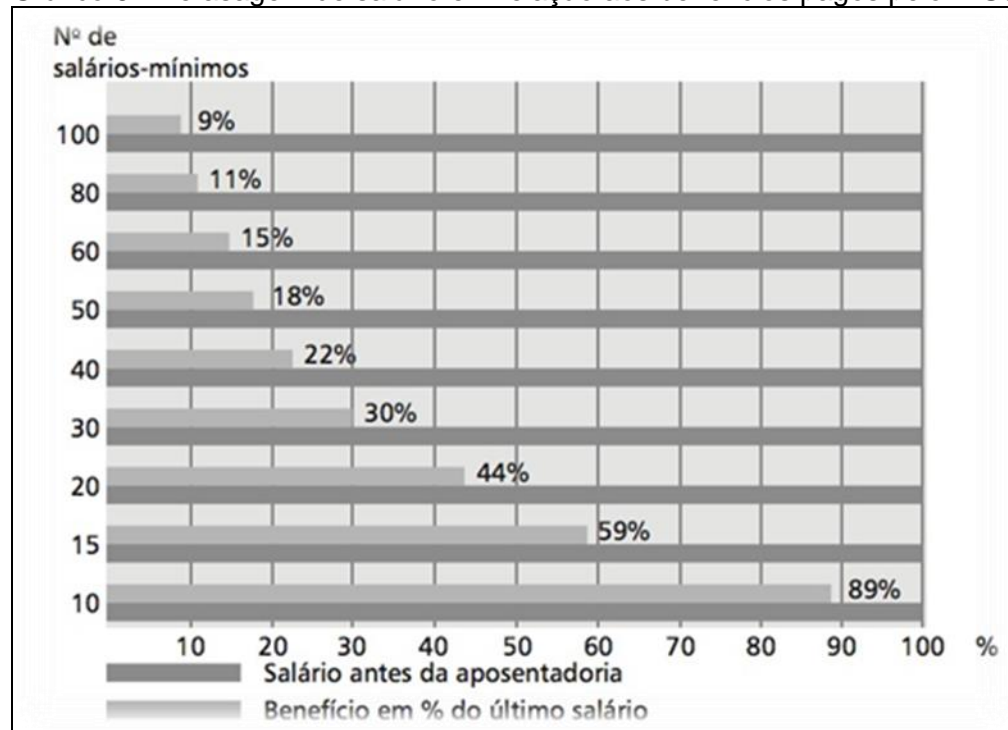
As pessoas ao perceberem que a previdência social poderá não lhes proporcionar uma aposentadoria com os mesmos salários que recebem quando estão na ativa, começam a contribuir para os planos previdenciários como forma de complementar sua renda quando entrarem em gozo de benefício (PINHEIRO, 1999).

Ricioli (2002) declara que a participação das pessoas no mercado de previdência complementar é importante, sendo necessário considerar alguns pontos, como aspectos culturais, mudanças de comportamento das pessoas, no sentido de planejar investimentos futuros, além do fortalecimento da cultura da poupança. No entanto, o autor explica que a conscientização da insuficiência da aposentadoria oferecida pelo INSS, devido aos problemas da previdência social, é de uma pequena parcela da

população, principalmente quem possui renda acima de dez salários mínimos (RICIOLI, 2002).

O gráfico 6, a seguir, sobre a defasagem de salário em relação aos benefícios pagos pelo INSS comprova essa afirmação. Segundo Santos (2014), os números comprovam que, quanto maior for o salário no período imediatamente anterior à aposentadoria, maior será a diferença entre o que o investidor ganha no seu padrão de vida atual e o que a previdência social vai lhe pagar para seu padrão de vida no futuro. Acima de dez salários mínimos a defasagem só aumenta.

Gráfico 6 - Defasagem de salário em relação aos benefícios pagos pelo INSS



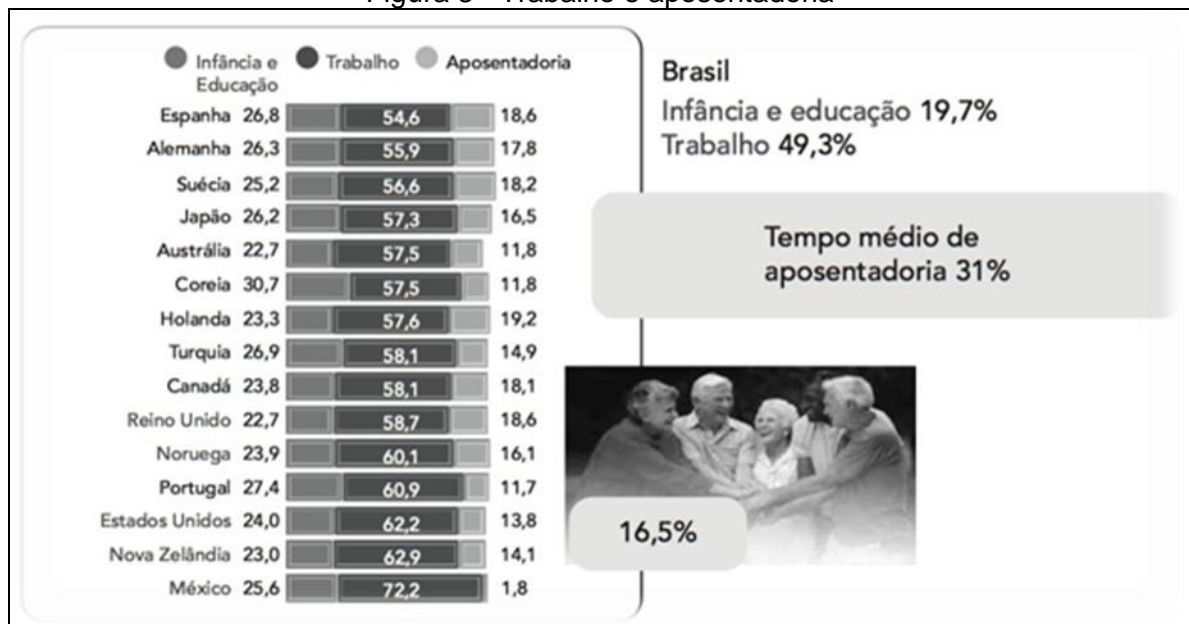
Fonte: Santos (2014, p. 122).

A previdência complementar além de trazer benefícios a quem a contrata, também traz vantagens para o país. Souza Junior (2006) explica que além de ser um importante instrumento de política de recursos humanos das empresas, também desempenha um papel importante na economia do País. Como seus recursos são aplicados em longo prazo, as entidades de Previdência Complementar, buscando assegurar maior retorno financeiro para os seus participantes, investem seus recursos

no mercado de capitais brasileiro. Para o Governo Federal, os fundos de pensão possuem importância fundamental no financiamento da dívida pública.

Com relação à longevidade, é necessário avaliar que o aumento da expectativa de vida traz a necessidade de mais recursos. A figura 3, a seguir, mostra que em países ricos, de acordo com Follador (2013), os trabalhadores passam 16,5% do seu período total de vida na condição de inativos ou aposentados. No Brasil, que ainda não é considerado um país rico, esse período chega a 31%. Somando esse fator ao aumento da expectativa de vida será preciso mais dinheiro, pois haverá mais tempo para viver como inativos.

Figura 3 - Trabalho e aposentadoria



Fonte: Follador (2013, p. 3).

Nota: Em percentuais (%).

2.6 ENTIDADES FECHADAS E ENTIDADES ABERTAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O RPC é composto de dois segmentos: o fechado, também conhecido como Fundos de Pensão, operado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e o aberto, operado pelas Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC).

2.6.1 Entidades Abertas de Previdência Complementar

As entidades abertas de previdência complementar são operadas por sociedades anônimas com fins lucrativas, dentre elas bancos e seguradoras. Possuem reservas acumuladas na ordem de R\$ 100 bilhões, e oferecem planos individuais e coletivos para atender aos interesses dos indivíduos e das empresas (PINHEIRO, 2007).

Segundo Castro e Lazzari (2006) elas podem ser definidas como instituições financeiras que exploram economicamente o ramo de adversidades do trabalho, cujo objetivo é a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário em forma de renda continuada ou pagamento único, constituídas sob a forma de sociedade anônima, podendo as seguradoras que atuem exclusivamente no ramo de seguro de vida virem a ser autorizadas a operar também planos de previdência complementar.

Com relação aos seguros de riscos que podem ser contratados junto com os planos de previdência Nascimento (2004, p. 65) explica:

Na previdência complementar aberta os benefícios de riscos, ou seja, aposentadoria por invalidez, pensão por morte e pecúlio, são opcionais, sendo que as contribuições relativas a estes benefícios devem ser destacadas em separado, pois equivalem ao prêmio do seguro privado, ou seja, as contribuições para o plano voltado a cobertura por sobrevivência (aposentadoria) são separadas das coberturas de risco, não integrando, portanto, o valor das contribuições relativas ao pecúlio o cálculo de benefício de renda programada.

Segundo Póvoas (1990), estas entidades são mais adaptáveis às características do mercado, pois são constituídas em forma de categorias definidas as quais possibilitam o acesso a todos aqueles que, sendo economicamente ativos, queiram nelas ingressar. Em função disso, é coerente esperar que as entidades abertas sejam as maiores impulsionadoras dos planos privados de previdência em caráter de precaução.

2.6.2 Entidades Fechada de Previdência Complementar

Segundo Martins (2006) as entidades fechadas de previdência complementar são chamadas de fundos de pensões, por serem acessíveis somente a determinadas

peessoas, geralmente a empregados de alguma empresa ou grupo de empresas. São exemplos dessas entidades fechadas: Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) (Petrobras), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) (Banco do Brasil), Fundação Banco Central de Previdência Privada (Cetrus) (banco central) entre outras.

Os fundos de pensão de acordo com Brasil (2008) organizam-se sob a forma de entidade civil sem fins lucrativos e são acessíveis a grupos específicos de trabalhadores, vinculados a empregadores, chamados de Patrocinadores, ou a entidades representativas de classe, denominadas Instituidores.

Caracterizam-se como uma fundação de direito privado ou uma sociedade civil sem fins lucrativos, tem personalidade jurídica e patrimônio próprio, tendo como objetivo a concessão de benefícios complementares aos da Previdência Social (FERREIRA, 2008).

Em relação ao segmento fechado de previdência complementar, Brasil (2008) coloca que a Constituição Federal determina que a administração das EFPC tenha caráter democrático e descentralizado, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos assistidos e do Governo, nos órgãos colegiados (art. 194, VII, BRASIL, 1988). São reguladas nas questões referentes às reservas garantidoras pela resolução CMN n 3.456, de 1 de junho de 2007. Seguem também as diretrizes da Lei complementar 109, de 29 de maio de 2001 nas questões gerais.

2.6.2.1 Previdência Associativa

Para a expansão do acesso da previdência complementar a um público mais amplo, Brasil (2015a) relata que em 2001 foi editada a Lei Complementar nº 109, que estendeu a Previdência Complementar Fechada aos trabalhadores vinculados a entidades representativas, como os sindicatos, cooperativas, associações, órgãos de classe e outras entidades de caráter classista, profissional e setorial. Essa modalidade de acesso passou a ser denominada “Previdência Associativa”.

Brasil (2015a) coloca que a inovação trazida pela previdência associativa, em relação aos planos já existentes, está no fato de ter nascido do próprio interesse das

lideranças e dos trabalhadores organizados, com intenção de proporcionar a criação de planos com flexibilidade capaz de atender a um público diferenciado. Nesse sentido, e em continuidade à reestruturação do modelo previdenciário brasileiro, em 2003 foram realizados grandes esforços administrativos para tirar do papel o direito que a lei conferiu à sociedade.

Nesse contexto, a previdência associativa, surgiu então como uma grande novidade capaz de democratizar o acesso aos fundos de pensão e em pouco tempo conquistou várias áreas. Rodarte (2011) coloca que vários setores importantes da população economicamente ativa como os médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, entre outros, já possuem experiência com planos instituídos. Esses planos já chegaram também ao âmbito do setor público para algumas associações como a dos magistrados, procuradores federais e professores de escolas estaduais.

Dessa forma, Brasil (2015a) destaca que os planos da Previdência Associativa podem ser tão ou mais atraentes do que os planos patrocinados, ambos operados por entidades fechadas de previdência (fundos de pensão). Pois apesar de não existir a figura do patrocinador, que tem relevância no financiamento dos benefícios, o participante da Previdência Associativa pode contar com contribuições eventuais de terceiros para o custeio do plano.

O plano Instituído que se dá através de um vínculo associativo, está em contínua expansão. Segundo Rodarte (2011), como exemplo, os sindicatos e cooperativas, que representam mais de 23 mil instituições no país, com um número de associados superior a 26 milhões de pessoas. O autor coloca que os órgãos associativos precisam reconhecer o poder que têm nas mãos e colocar essa ideia em prática, pois o plano Instituído é a atual forma de acesso da maioria dos trabalhadores do Brasil à previdência complementar fechada (RODARTE, 2011).

Nesta fundamentação teórica, procurou-se situar o contexto do planejamento financeiro e previdenciário, temas centrais a este estudo. Acerca da previdência complementar, foi abordado o contexto previdenciário no Brasil, a estrutura do sistema previdenciário brasileiro, situação da previdência social, bem como características dos modelos de previdência complementar aberta e fechada, incluindo previdência associativa.

Assim, verifica-se que os temas são emergentes e importantes ao contexto de trabalho do Administrador, visto que o planejamento é elemento essencial para o sucesso da carreira profissional e a condução da realização pessoal.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

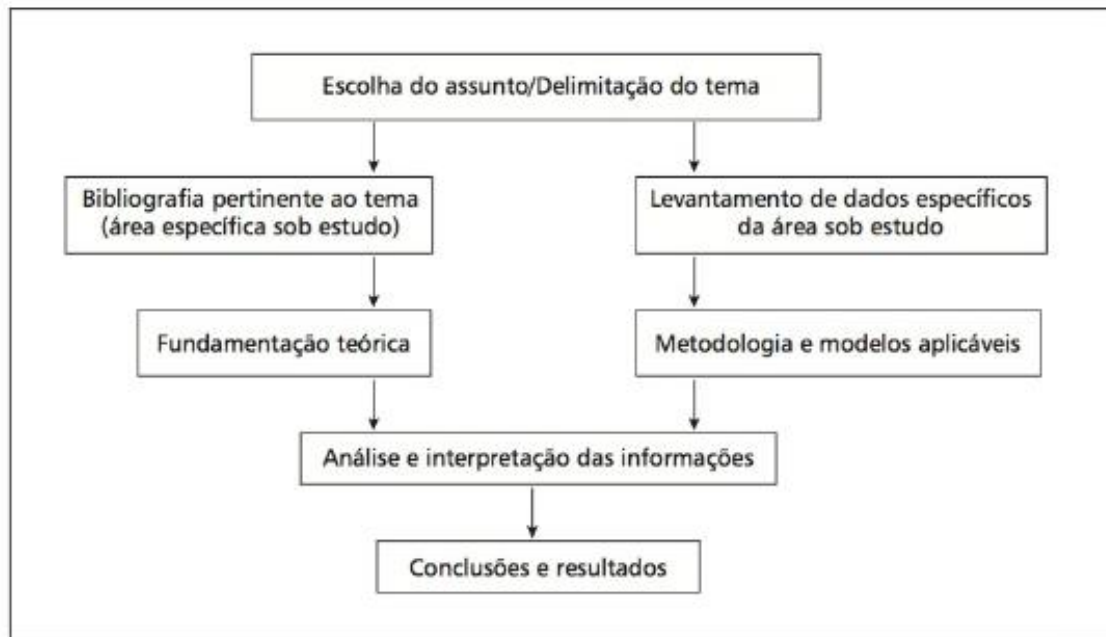
Segundo Almeida (2011), esse capítulo consiste em um aglomerado de procedimentos usados em estudos aos quais se confere a confiabilidade do rigor científico. A metodologia consiste, então, em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando suas limitações, ou não, no que diz respeito às suas utilizações.

Dessa forma, serão apresentados os procedimentos de metodologia que foram usados na pesquisa e que consistem na caracterização do estudo, técnica de coleta de dados utilizada, categorias de análise, população e amostra e as limitações que o estudo possui. Assim, esse capítulo apresenta os procedimentos realizados para verificar qual a compreensão de estudantes do curso de administração da UFSC, sobre o planejamento financeiro por meio da previdência complementar.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Uma pesquisa bibliográfica segundo Ramos (2009) é o início de toda pesquisa científica, por suas características de oferecer formas para definir e solucionar problemas já conhecidos, como também permitir a descoberta de novos temas ou assuntos. Ramos (2009) faz composição do pensamento de vários autores e extrai citações para fortificar os argumentos e, ao analisar o conteúdo lido, faz conexões com o objeto da pesquisa, conforme figura 4:

Figura 4 - Monografia de análise teórica



Fonte: Ramos (2009, p. 207).

Esta pesquisa possui caráter descritivo. De acordo com Barros e Lehfel (2008), neste tipo de pesquisa, não há interferência do pesquisador. Descreve-se o objetivo de pesquisa e procura-se descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos (BARROS; LEHFEL, 2008).

Cervo, Bervian e Silva (2007) concordam que a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e confronta fatos ou variáveis sem manipulá-los. E acrescentam que ela desenvolve-se, principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando problemas e dados que necessitam ser estudados, mas cujo registro ainda não se encontra em documentos. Os dados por ocorrerem em seu habitat natural, necessitam ser coletados e registrados ordenadamente para o estudo (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Em relação à natureza dos dados, a pesquisa possui uma abordagem quantitativa, que de acordo com Pereira (2012) o método quantitativo, tem como principal característica a utilização da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento das mesmas. Esse método é realizado por meio de

técnicas estatísticas como, por exemplo: percentual, média, desvio, padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, análises multivariadas, entre outras.

Lakatos e Marconi (2011) acrescentam que o enfoque quantitativo utiliza-se do levantamento de dados para provar hipóteses baseadas na medida numérica e da análise estatística para estabelecer padrões de comportamento. Ele procura principalmente a expansão dos dados, ou seja, a informação.

Pereira (2012) coloca que a pesquisa pode ser caracterizada através do ponto de vista dos procedimentos técnicos, como levantamento, método utilizado nesse trabalho. “A pesquisa de levantamento é utilizada quando envolve a interrogação direta das pessoas, cujo comportamento se deseja conhecer” (GIL, 2009, p. 89 apud PEREIRA, 2012).

3.2 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

A técnica de coleta de dados adotada nesse estudo é o questionário. Segundo Pereira (2012), o questionário é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. Ele deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções que devem esclarecer o propósito de sua aplicação, ressaltar a importância da colaboração do informante e facilitar o preenchimento.

Cervo, Bervian e Silva (2007) afirmam que o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois permite medir com exatidão o que se deseja. A palavra questionário refere-se a um meio de conseguir respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche. Todas as questões são racionalmente relacionadas a um problema central.

Nessa pesquisa o questionário será auto aplicado e enviado via internet, para que o respondente mesmo preencha e envie sua resposta. Esse método segundo Barros e Lehfeld (2008) traz algumas vantagens como facilitar a tabulação dos dados obtidos, garantir o anonimato para maior liberdade nas respostas e economizar tempo e recursos financeiros.

A ferramenta utilizada para a realização do questionário será o Google Docs. Portanto, no estudo em questão são utilizadas duas questões de filtro, uma para selecionar somente os alunos da graduação de Administração da UFSC, outra para

filtrar apenas aqueles que estão cursando as quatro últimas fases do curso, compondo assim o público alvo dessa pesquisa.

Antes de iniciar a coleta dos dados via questionário online, foi realizado um pré-teste para verificar a adequação do instrumento de pesquisa. De acordo com Lakatos e Marconi (2010) o pré-teste deve ser aplicado em uma pequena amostra antes da utilização definitiva do questionário com o intuito de evidenciar possíveis falhas existentes como: inconsistência ou complexidade das questões, ambiguidade ou linguagem inacessível, perguntas supérfluas ou que causam desconforto ao informante e também, se as questões obedecem a determinada ordem ou se estão muito numerosas. Assim, o pré-teste foi aplicado com dez estudantes que fazem parte do público alvo, através de entrevista pessoal, a fim de verificar ajustes ou melhorias. Foi sugerida apenas a inclusão de mais opções de respostas em algumas questões, e também alteração nas faixas salariais.

O questionário final possui 23 perguntas sendo a maior parte delas questões fechadas e dicotômicas. Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007) as perguntas fechadas permitem obter respostas mais precisas, são padronizadas, de fácil aplicação, simples de codificar e analisar. Já as questões abertas, que nesse estudo representam a minoria, são destinadas à obtenção de respostas livres, embora possibilitem recolher dados ou informações mais ricas e variados, são codificados e analisados com mais dificuldades (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Nesse estudo a população é compreendida pelos estudantes de graduação da UFSC das últimas quatro fases. Pereira (2012) define que população é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo. Já a amostra é parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou finalidade.

De acordo com Correa (2003) a amostra pode ser probabilística ou não probabilística. Nessa pesquisa trata-se de amostra não probabilística, que segundo o autor são amostragens em que há uma escolha deliberada dos elementos que compõem a amostra (CORREA, 2003). Não é adequado generalizar os resultados das

pesquisas para a população, uma vez que as amostras não probabilísticas não asseguram a representatividade da população. Esse método pode ser dividido em: amostragem accidental, amostragem por quotas e amostragem intencional. Nesse estudo trata-se de amostragem intencional, que para Correa (2003) é formada por elementos escolhidos por determinado critério, ou seja, escolhe-se intencionalmente um grupo de elementos que irão constituir a amostra.

Para compor a população desse estudo foi solicitada à secretaria do curso a quantidade de alunos matriculados nas quatro últimas fases. O valor informado foi: média de 40 alunos por turma. Trata-se de quatro turmas no período diurno e quatro no período noturno, totalizando então 320 alunos.

Segundo Barbetta (2012) nas pesquisas científicas em que se deseja conhecer algumas características de uma população, podemos observar apenas uma amostra de seus elementos e, com base nos resultados da amostra, obter estimativas para os parâmetros de interesse. No entanto, a seleção dos elementos que serão de fato observados deve ser feita sob uma metodologia adequada, de forma que os resultados encontrados na amostra sejam suficientemente informativos para se concluir sobre os parâmetros populacionais.

Assim, as fórmulas utilizadas para determinar o tamanho mínimo da amostra, de acordo com Barbetta (2012), foram:

Equação 1 - Tamanho da amostra

$$\text{Fórmula 1 - } n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

$$\text{Fórmula 2 - } n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0}$$

Fonte: Barbetta (2012, p. 58).

Sejam: n_0 = primeira aproximação do tamanho da amostra

E_0 = erro amostral tolerável;

n = tamanho da amostra;

N = tamanho da população.

Para fins deste estudo, considerou-se como população (N) o total de alunos matriculados nas quatro últimas fases, equivalente a 320.

Assim, pela utilização da fórmula 1 buscou-se encontrar uma primeira aproximação do tamanho da amostra, onde: $n_0 = 1/(0,08)^2 = 156,25$ estudantes.

Segundo Barbetta (2012), quando a população (N) não representa um número muito grande, é sugerida uma correção conforme fórmula 2 apresentada acima, onde temos:

- a) **N** representando o tamanho da população, que nesse estudo é de 320, considerando o total de alunos matriculados nas quatro últimas fases; e
- b) **n₀** que representa uma primeira aproximação da amostra (trata-se do valor encontrado na fórmula 1 = 156.25). Temos:

$$n = \frac{320 \times 156,25}{(320 + 156,25)} = 105$$

Com o resultado da equação obteve-se o número da amostra, representado pela letra “n”, correspondendo a 105 respostas. Assim, para que a amostra tivesse 92% de acerto foram obtidas 106 respostas válidas que se enquadram dentro do grupo a ser avaliado, conforme objetivo desse estudo.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A partir dos dados coletados com o questionário, foi feita uma análise geral e iniciou-se a tabulação dos dados através de gráficos. Segundo Rudio (1982), uma vez que os dados foram tabulados, é necessário analisá-los a fim de verificar o que significam para a pesquisa.

O objetivo da análise dos dados, de acordo com Chizzotti (2006, p. 69), “é propor uma explicação do conjunto de dados reunidos a partir de uma conceitualização da realidade percebida ou observada”. Marconi e Lakatos (1990) complementam que, a elaboração da análise é realizada em três níveis: interpretação, explicação e especificação, as quais estabelecem relações entre as variáveis, suas possíveis origens e a validade dessas relações.

Neste estudo, a análise foi realizada por meio da interpretação das respostas obtidas nos questionários e, muitas vezes, a fim de entender o perfil dos respondentes de determinadas questões, realizou-se o cruzamento das respostas de perguntas dos objetivos específicos com o perfil dos respondentes obtidos na parte de dados gerais do questionário. Por fim, os dados encontrados foram relacionados com as variáveis analisadas no levantamento bibliográfico.

3.5 DIFICULDADES DO ESTUDO

A principal dificuldade do estudo foi conseguir a participação da amostra populacional definida, ou seja, 320 alunos das quatro últimas fases. As alternativas adotadas para minimizar tal dificuldade, foram a ampla divulgação do questionário, enviando-o via Facebook para os grupos das turmas e solicitando-se, diversas vezes, que respondessem à pesquisa.

Outra dificuldade encontrada foi o fato de haver pouquíssimos livros sobre previdência complementar na Biblioteca Universitária da UFSC e restritas publicações de estudos de Teses e Dissertações acerca do tema, o que permite concluir que ainda é um campo que carece de maior atenção.

Optou-se pelo recorte populacional junto aos alunos das quatro últimas fases, pois, em tese, deveriam ter estudado, em algumas disciplinas, temas relacionados a finanças, com o devido aprofundamento, incluindo informações sobre o Planejamento Financeiro e a Previdência Complementar.

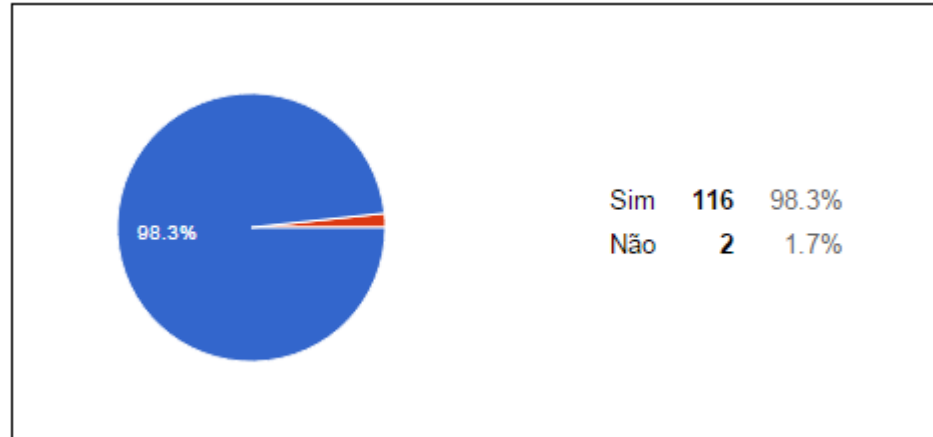
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste item, apresentam-se os dados gerais da população estudada (4.1), com informações como sexo, faixa etária, ocupação, estado civil, renda familiar, entre outras. Posteriormente, descreve-se e analisam-se tais dados (4.2) com base na fundamentação teórica deste trabalho.

4.1 DADOS GERAIS

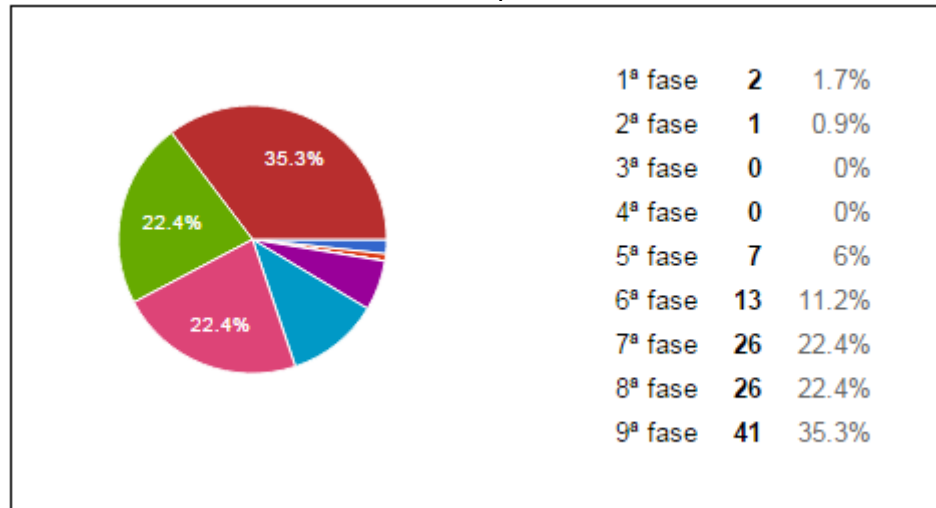
O total de respostas obtidas com o questionário foi de 118 conforme gráfico 7. Desse total, duas pessoas não eram alunos de Administração da UFSC e dez não estavam em nenhuma das quatro últimas fases conforme gráfico 8, sendo então sua participação encerrada no início do questionário, de modo automático. Portanto, 106 foram os que efetivamente responderam o questionário completo.

Gráfico 7 - Estudantes ou não de Administração da UFSC



Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

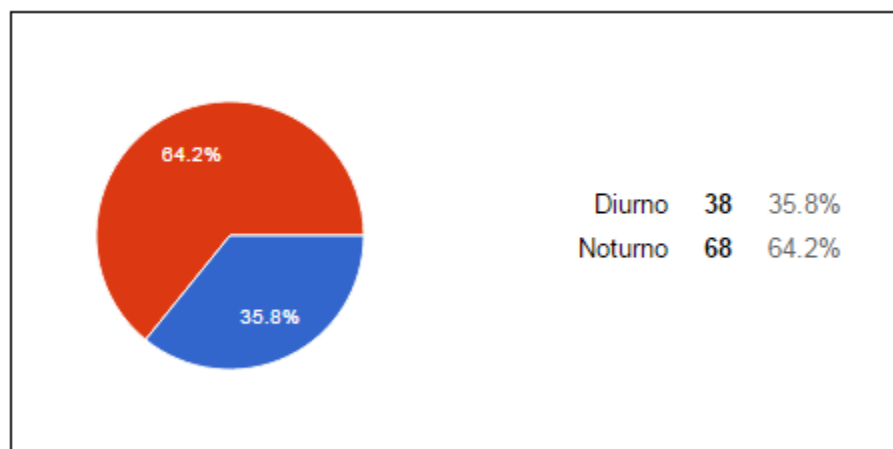
Gráfico 8 - Fase predominante



Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

O gráfico 9 mostra a quantidade de respondentes de cada período. Sendo a maior parte do período noturno, 64,2% em função de a autora estudar nesse período e influenciar mais na decisão de seus colegas e conhecidos de responderem o questionário.

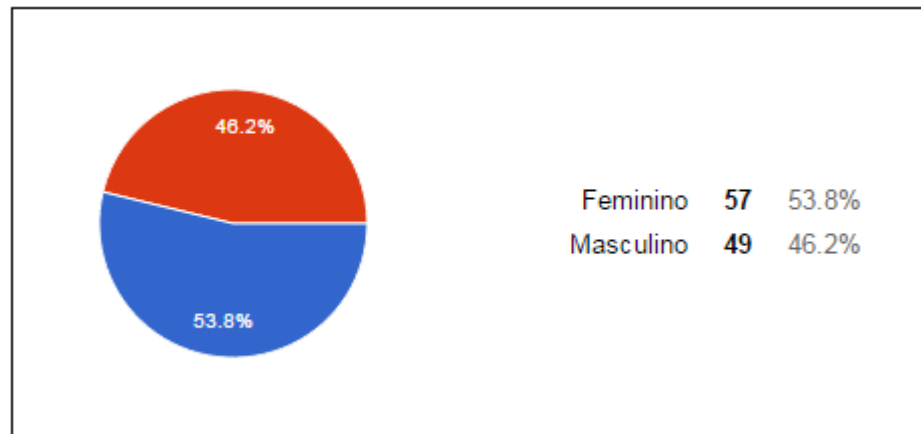
Gráfico 9 - Período



Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

Quanto ao sexo dos respondentes o gráfico 10 mostra que um pouco mais da metade das respostas 53,8% são do sexo feminino, 46,2% do sexo masculino.

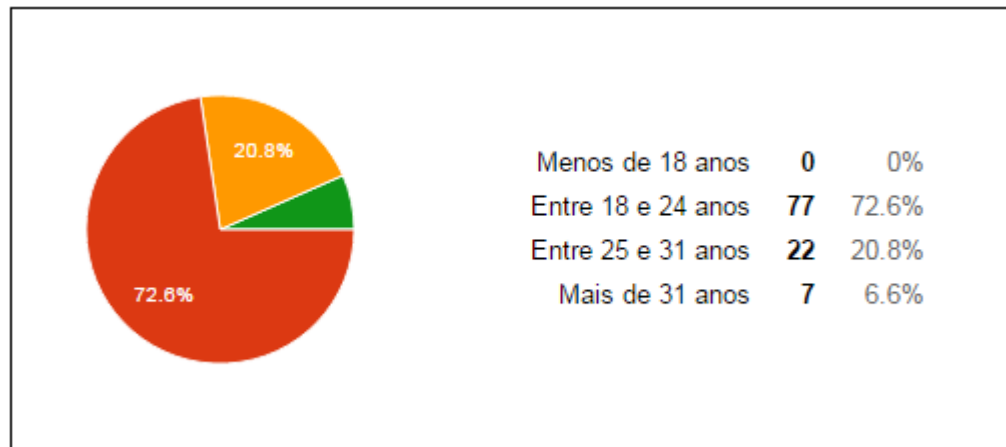
Gráfico 10 - Sexo



Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

Com relação ao estado civil dos respondentes 87,9% são solteiros, 6,5% casados, 2,8% possuem união estável e 2,7% assinalaram como outros. No que se refere à faixa etária (gráfico 11) há uma predominância na faixa de 18 a 24 anos, com 72,6%, seguido por 20,8% na faixa de 25 e 31 anos e apenas 6,6% com mais de 31 anos.

Gráfico 11 - Faixa etária

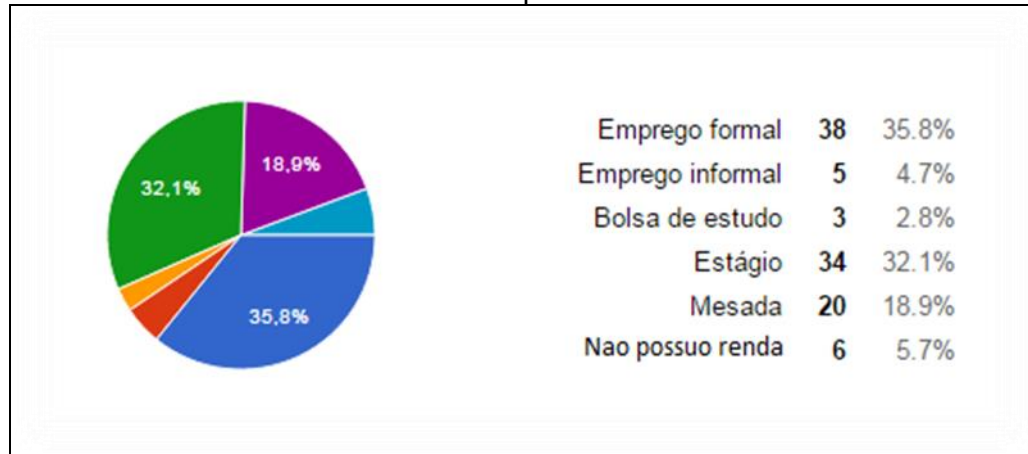


Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

Em relação à sua principal fonte de renda (gráfico 12) 35,8% possuem emprego formal, 32,1% fazem estágio, 18,9% recebem mesada, 5,7% não possuem renda, 4,7% possuem emprego informal e 2,8% possuem bolsa de estudo. O valor da renda atual informado pelos estudantes foi de 49,5% com renda até R\$ 1.449,99, seguido por 25,2% com renda entre R\$ 1.450,00 a R\$ 2.899,99, 15,9% com renda de R\$ 2.900,00 a

R\$ 5.499,99, 2,8% com renda de R\$ 5.500,00 a R\$ 7.899,99 e por fim 6,6% que não possuem renda.

Gráfico 12 - Principal fonte de renda

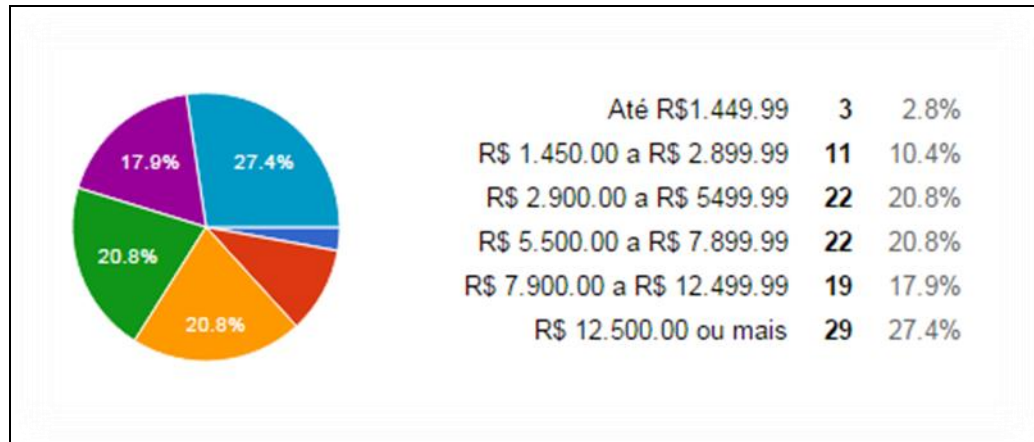


Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

O gráfico 13 mostra um fator bem relevante para a pesquisa, onde 20,8% dos respondentes possuem renda familiar de R\$ 5.500,00 a R\$ 7.899,99, 17,9% possuem renda familiar de R\$ 7.900,00 a R\$ 12.499,99 e 27,4% dos respondentes possuem renda familiar de R\$ 12.500,00 ou mais, o que representa mais de quinze salários mínimos (vigência 2015). É possível verificar então que há uma representatividade de 66,10% dos estudantes com renda familiar acima de R\$ 5.499,99. Essa alta representatividade mostra a importância de se ter um planejamento previdenciário, onde nas atuais condições de aposentadoria concedida pelo INSS, o teto máximo é de R\$ 4.663,75. Alguém acostumado a conviver com um salário acima deste teto terá dificuldades em se adequar ao novo padrão socioeconômico. Quanto maior for o salário no período imediatamente anterior à aposentadoria, maior será a diferença entre o padrão de vida atual e o que a previdência social irá proporcionar.

Preparar-se para o período da aposentadoria fará toda diferença em relação à grande parcela da população aposentada, que precisará continuar trabalhando para complementar a renda familiar. Nesse sentido, pensar que o governo será o responsável por manter o padrão de vida das pessoas na fase pós-laborativa é uma utopia (LUQUET, 2001).

Gráfico 13 - Renda familiar



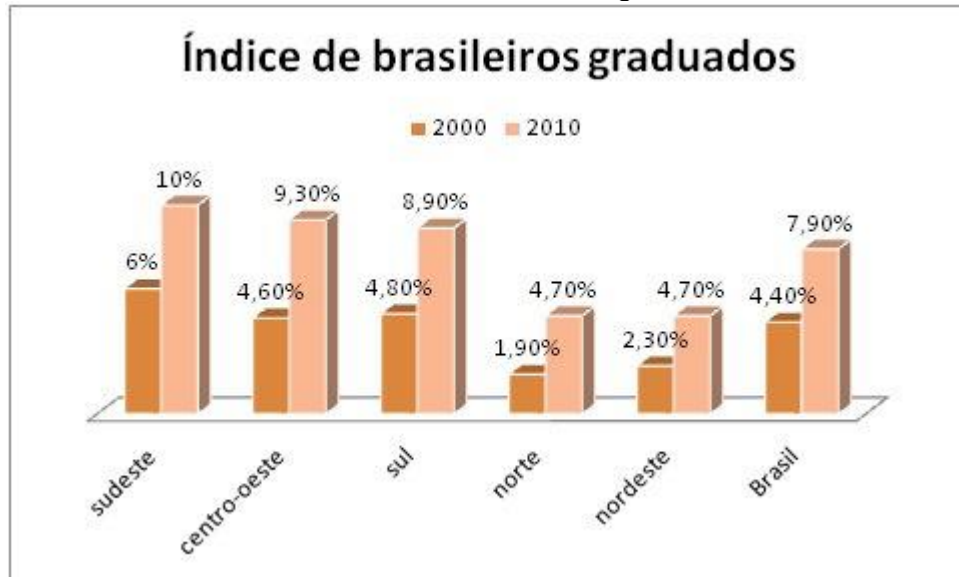
Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

E, por fim, concluindo a parte dos dados gerais, com relação ao grau de escolaridade dos pais, 55,7% possuem nível superior completo ou cursando, e exatamente 55,7% das mães também possuem nível superior completo ou cursando.

Em resumo, a população desse estudo está bem dividida com relação ao gênero dos participantes, sendo então bem representada por ambos. No que se refere à renda familiar desses participantes, foi possível observar que grande parte das famílias pertence à classe A da pirâmide de renda segundo dados do IBGE, o que mostrou a necessidade de pensar na complementação de renda para manter o padrão de vida.

Outro fator relevante foi o grau de escolaridade dos pais dos respondentes, onde 55,7% possuem nível superior ou estão cursando. De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), apenas 8,9% da população da região Sul do Brasil possuem nível superior, conforme gráfico 14. Mais da metade das famílias dos respondentes estão dentro desse pequeno percentual.

Gráfico 14 - Índice brasileiros graduados

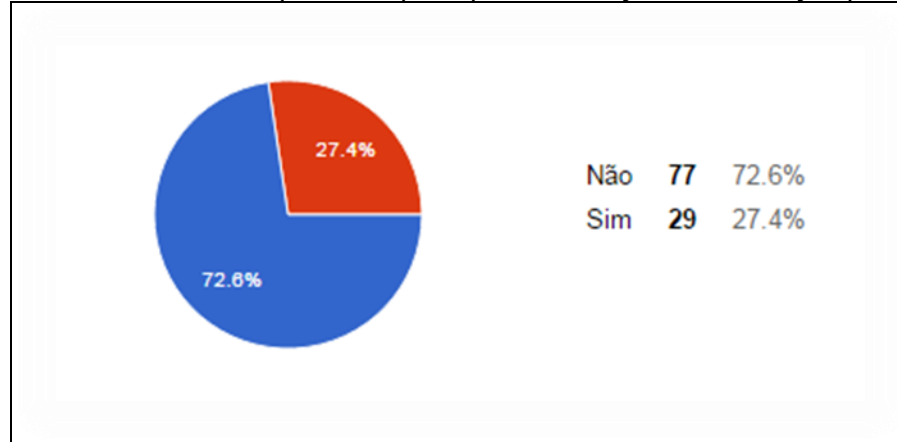


Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010, p. 37).

4.2 ANÁLISE DA COMPREENSÃO DA POPULAÇÃO INVESTIGADA SOBRE O TEMA

O gráfico 15 mostra um dado bem relevante para o curso de administração da UFSC, onde 72,6% dos respondentes compreendem que não cursaram nenhuma disciplina que lhes tenha proporcionado noções de finanças pessoais e, dos 27,4% que afirmaram ter cursado, informaram que aprenderam com as disciplinas: Matemática financeira (MTM7004), Planejamento Financeiro e Orçamentário (CAD7228), Mercado de Capitais (CNM7102) e Finanças Pessoais (CAD7814 - disciplina optativa). A disciplina mais citada foi Finanças pessoais (CAD7814) que é oferecida como disciplina optativa.

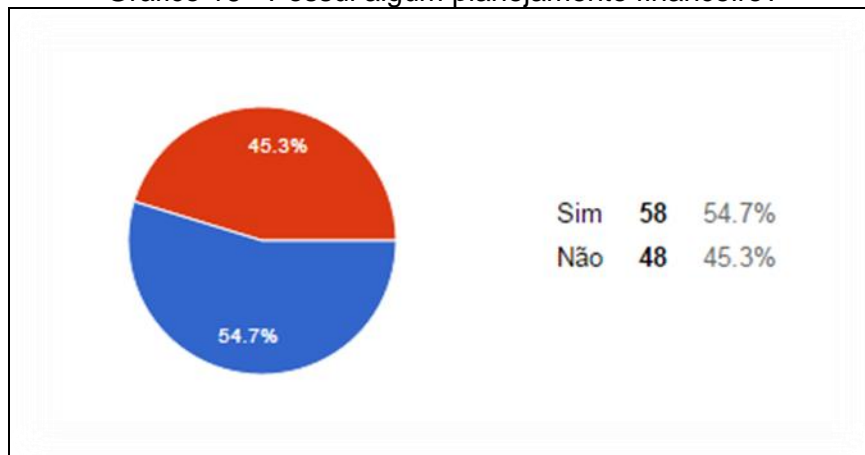
Gráfico 15 - Cursou disciplina na qual aprendeu noções de finanças pessoais



Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

Ao questionar os estudantes sobre possuir um planejamento financeiro, verificamos que 45,3% não possui (gráfico 16). Esse número representa um grande percentual de futuros administradores que não se preocupam em planejar sua vida financeira. Uma das principais tarefas do Administrador é a realização do planejamento financeiro da empresa. Somente através de um bom planejamento será possível a realização de uma gestão eficiente e eficaz.

Gráfico 16 - Possui algum planejamento financeiro?



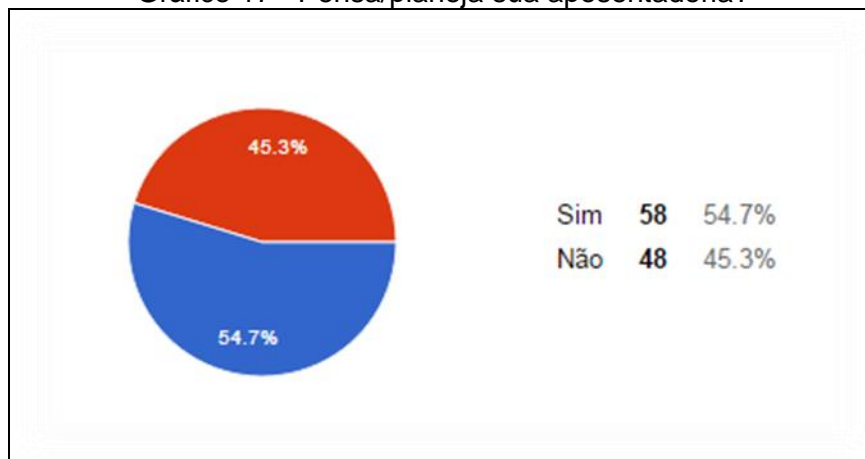
Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

O gráfico 17 mostra um número expressivo de 45,3% dos respondentes que é composto por um público de nível superior e estudantes de administração, que não pensam nem planejam sua aposentadoria. Com o aumento da longevidade, crescente

déficit previdenciário, e mudanças constantes nas regras de aposentadoria do INSS, tais assuntos abordados na fundamentação teórica desse estudo, os que hoje são jovens, público alvo dessa pesquisa, acabam sendo os mais prejudicados.

A idade ideal para começar a planejar e poupar para aposentadoria segundo Macedo Junior (2010) pode ser classificada do ponto de vista financeiro, de forma que aos 20 anos, guardar 6% do salário é suficiente, aos 30 anos é necessário guardar 10% da renda bruta, aos 35 anos torna-se necessário 12% e aos 40 anos a necessidade é de 14% a 18% da renda bruta.

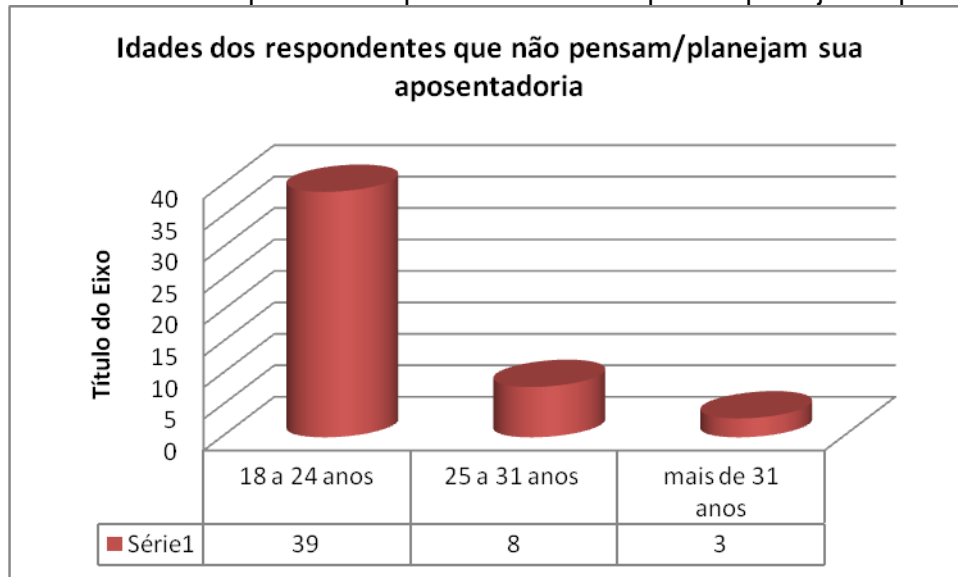
Gráfico 17 - Pensa/planeja sua aposentadoria?



Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

Dessa forma, foi verificada a idade dos 45,3% que afirmaram não pensar/planejar a aposentadoria, conforme gráfico 18. A maior parte está entre 18 e 24 anos, no entanto, também existem alguns respondentes com mais de 25 anos.

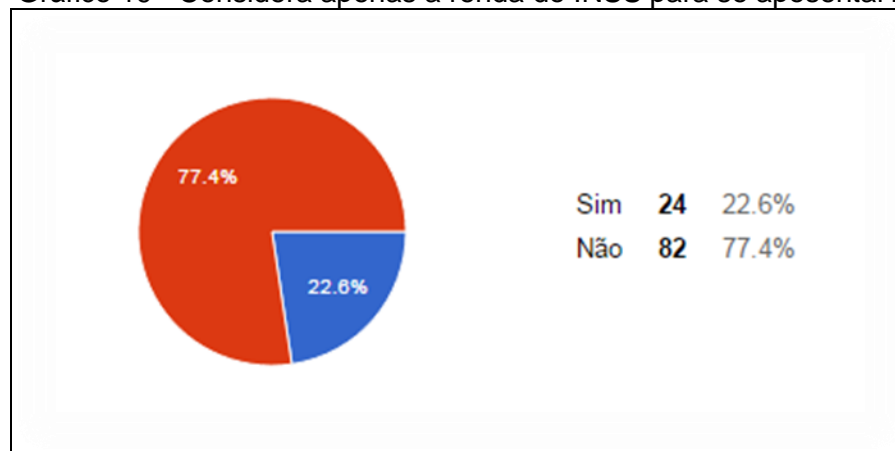
Gráfico 18 - Idade v.s. respondentes que afirmaram não pensar/planejar a aposentadoria



Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

Em continuidade com a pergunta acima, ao questionar sobre considerar apenas a renda do INSS para se aposentar (gráfico 19) 77,4% dos respondentes alegam que não.

Gráfico 19 - Considera apenas a renda do INSS para se aposentar?

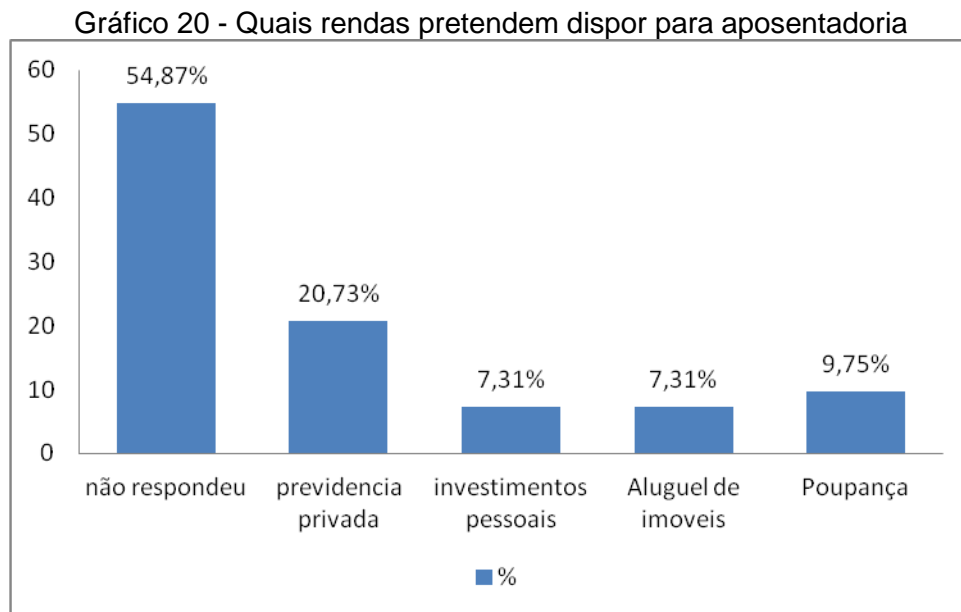


Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

Para esses respondentes questionou-se (gráfico 20) sobre quais outras rendas pretendem dispor e, a grande maioria (54,87%) preferiu não responder. Observa-se então, que mais da metade não sabia responder ou não possui um planejamento para essa fase, logo, fica claro que essas pessoas possuem a consciência de que apenas a

renda do INSS não será suficiente, mas não possuem nenhum planejamento sobre esse assunto.

As outras respostas foram: previdência privada, aluguel de imóveis, poupança e outros investimentos.

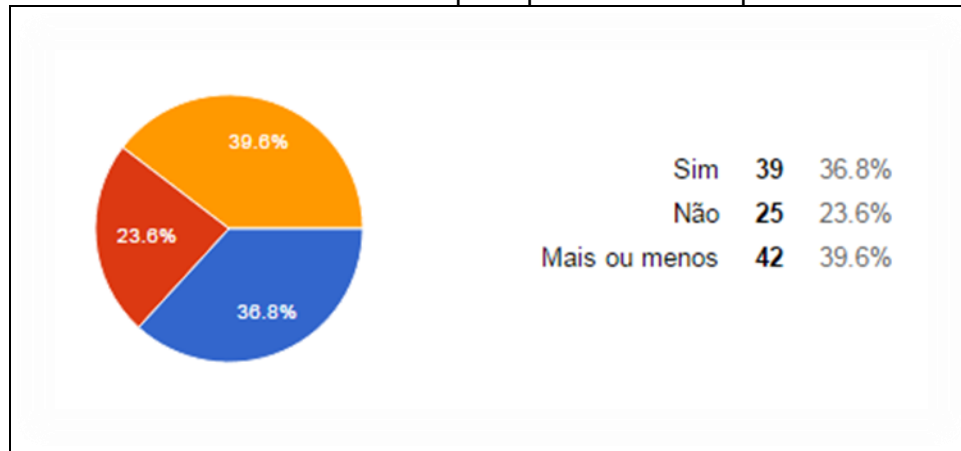


Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

Visando responder um dos objetivos desse estudo, o gráfico 21 traz um número bem expressivo de 63,2% dos respondentes que afirmam não saber ou saber mais ou menos definir o que é previdência complementar.

Segundo Luquet (2001) um dos maiores obstáculos à expansão da previdência complementar é a falta de conhecimento da população sobre o assunto e sobre os produtos oferecidos. Além disso, o relativo grau de complexidade de alguns desses produtos como: as taxas cobradas pelas instituições, o tratamento tributário incidente e as formas de acesso aos benefícios dificultam ainda mais o entendimento acerca do assunto. O autor afirma que o esforço educacional constitui, portanto, uma das medidas de maior alcance para o crescimento do sistema de previdência complementar (LUQUET, 2001).

Gráfico 21 - Sabe definir o que é previdência complementar?

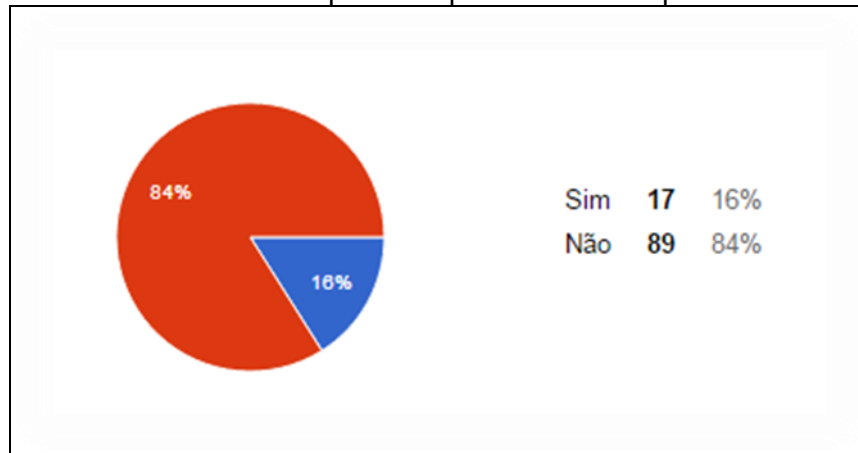


Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

O gráfico 22 mostra a quantidade de alunos que possuem previdência complementar, apenas 16%. Foi perguntado aos que possuem qual o seu plano: 35,3% são Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL), 17,6% são Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), 11,8% associativo e 35,3% não sabem onde seu plano se enquadra. Um plano de previdência complementar é um investimento de longo prazo, aderir à um e não saber onde ele se enquadra pode ser uma decisão muito arriscada. É necessário avaliar e conhecer o investimento contratado. A exemplo dos 35,3% que possuem um plano VGBL, onde sua principal característica é o fato de as contribuições realizadas pelo participante não poderem ser deduzidas da base de cálculo do Imposto de Renda. Trata-se de um público jovem, os mesmos poderiam usar o tempo a seu favor e realizar um planejamento tributário optando pelo PGBL.

Macedo Junior (2013) concorda, afirmando que a vantagem tributária dos planos de previdência torna o produto mais atraente em comparação a outros investimentos, como exemplo os planos PGBL que permitem abatimento no Imposto de Renda para declaração no formulário completo.

Gráfico 22 - Possui plano de previdência complementar?

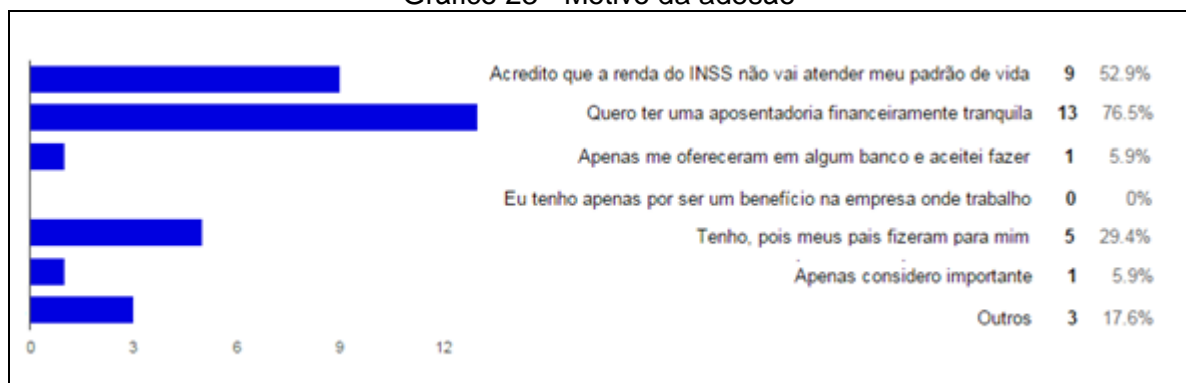


Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

Em continuidade ao gráfico 22, foi questionado aos 16% que possuem um plano de previdência complementar o motivo da adesão. A pergunta apresentou as alternativas e foi possível escolher mais de uma opção (gráfico 23). É possível verificar que boa parte dos estudantes 52,9% respondeu acreditar que a renda do INSS não atenderá o padrão de vida, 76,5% que desejam ter uma aposentadoria financeiramente tranquila, e 29,4% possuem por que seus pais a fizeram.

Os jovens possuem uma vantagem muito grande em relação a quem já está próximo de se aposentar, o tempo. Quanto mais cedo se começa a poupar menor o valor despendido a esse investimento. A alta porcentagem de alunos que não possuem um plano de previdência, mostra a falta de planejamento financeiro para a aposentadoria.

Gráfico 23 - Motivo da adesão



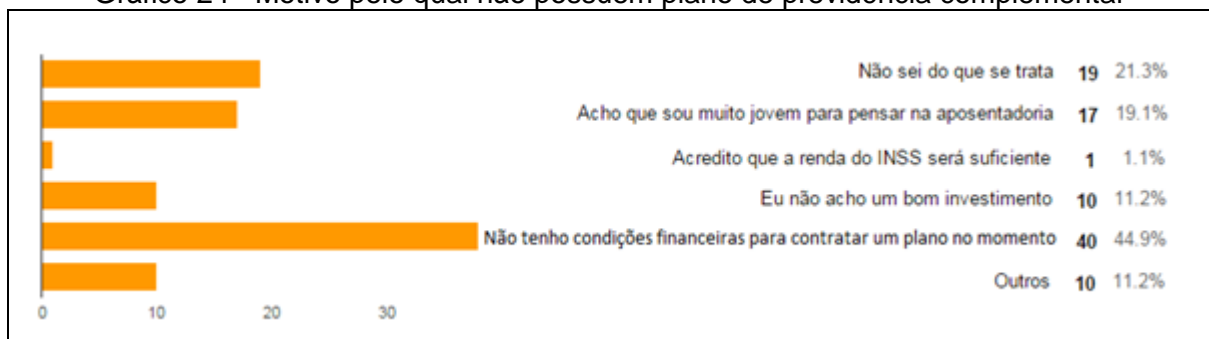
Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

Foi questionado aos 84% dos estudantes que não possuem um plano de previdência complementar, o motivo pelo qual não possuem. A pergunta apresenta as alternativas e é possível escolher mais de uma opção (gráfico 24). Dessa forma, 21,3% responderam que não possuem, pois não sabem do que se trata, essa escolha vai ao encontro do que foi analisado no gráfico 21, onde 23,6% dos respondentes afirmaram não saber definir o que é previdência complementar. Dos 19,1 % (total de 17 alunos) que afirmaram se achar muito jovem para se preocupar com a aposentadoria, 16 estão na faixa etária entre 18 e 24 anos, apenas um dos alunos está entre 25 e 31 anos.

A opção mais escolhida pelos estudantes foi não ter condições financeiras para contratar um plano de previdência complementar no momento com 44,9%. A fim de entender o contexto financeiro desses estudantes, foi realizado o cruzamento dessa informação com a renda familiar conforme gráfico 25. Mais da metade dos estudantes (56%) afirmam que sua renda familiar está acima de R\$ 5.499,99 o que representa quase sete salários mínimos.

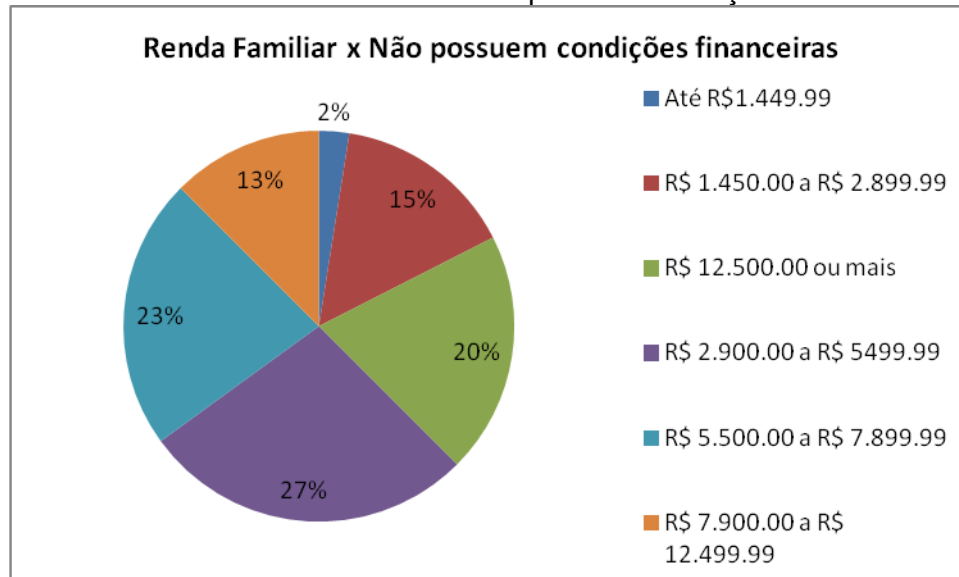
Podemos analisar então, que 55,1% não marcou a opção de não possuir condições financeiras. Se mais de 50% dos jovens possuem condições e apenas 16% possui plano de previdência complementar é possível afirmar que falta conhecimento sobre o assunto.

Gráfico 24 - Motivo pelo qual não possuem plano de previdência complementar



Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

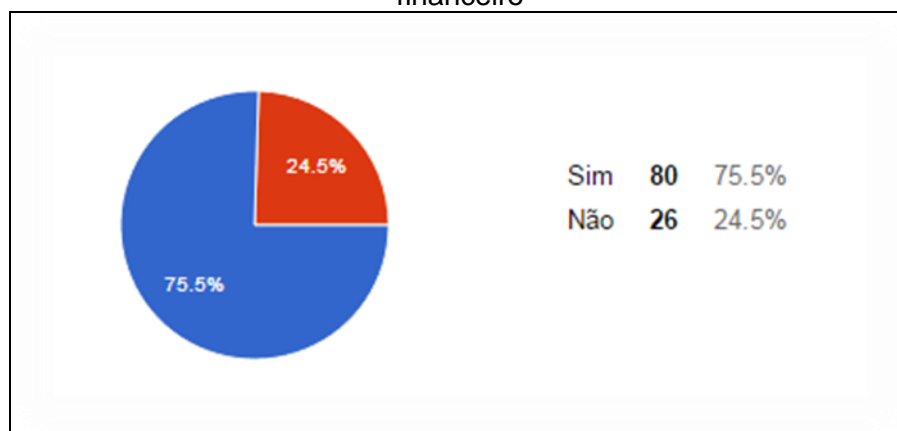
Gráfico 25 - Renda Familiar v.s. Não possuem condições financeiras



Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

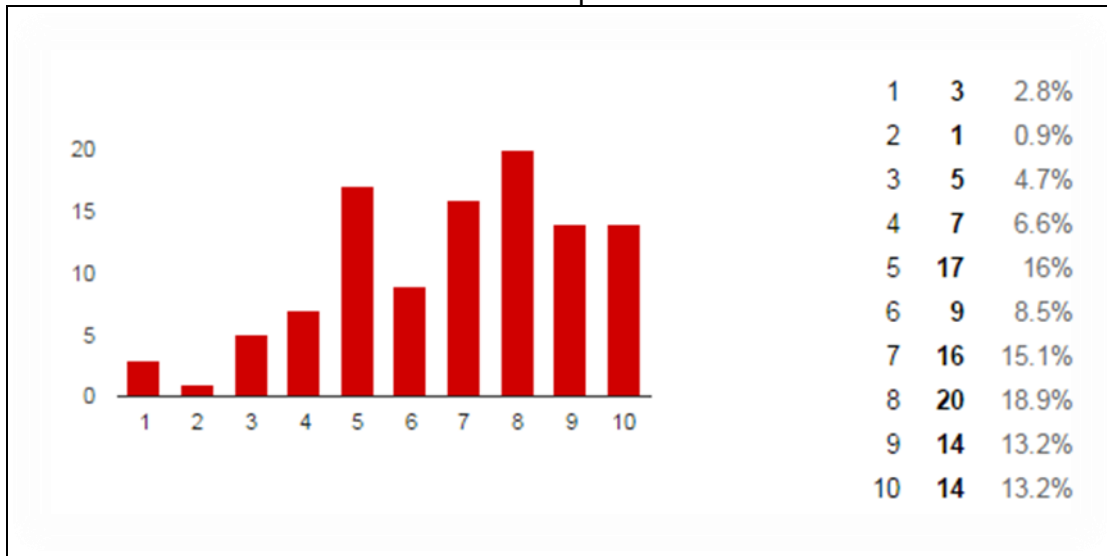
O gráfico 26 mostra que 75,5% dos alunos consideram o tema previdência complementar relevante para seu planejamento financeiro. E ao solicitar (gráfico 27) que atribuísem um grau de importância ao assunto numa escala de 1 a 10, onde, 1 é o menor grau de importância e 10 o maior grau de importância, podemos verificar que 60,4% dos estudantes consideram o assunto relevante a muito relevante, com grau de importância de 7 a 10.

Gráfico 26 - Considera o tema previdência complementar relevante para seu planejamento financeiro



Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

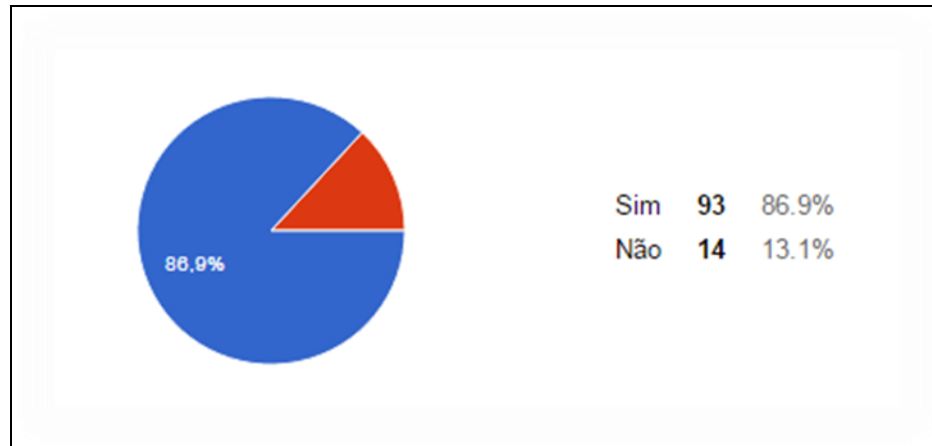
Gráfico 27 - Grau de importância ao assunto



Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

Foi questionado aos alunos se eles acreditam que o assunto previdência complementar deveria ser abordado dentro de alguma disciplina obrigatória do curso de Administração da UFSC, e a resposta foi contundente, onde 86,9% afirmaram que sim (gráfico 28). Esse número mostra que mesmo boa parte dos respondentes afirmarem *não saber definir* ou *saber definir mais ou menos* o que é previdência complementar, eles entendem a relevância do assunto e consideram importante abordar o assunto dentro do curso. A afirmação positiva dos estudantes vai ao encontro do assunto Educação Financeira e Previdenciária, item 2.2 desse estudo, onde Correa (2014) relata a necessidade de que a escola trabalhe disciplinas que tratem do assunto mencionado, desde o ensino fundamental e durante toda a formação educacional do indivíduo.

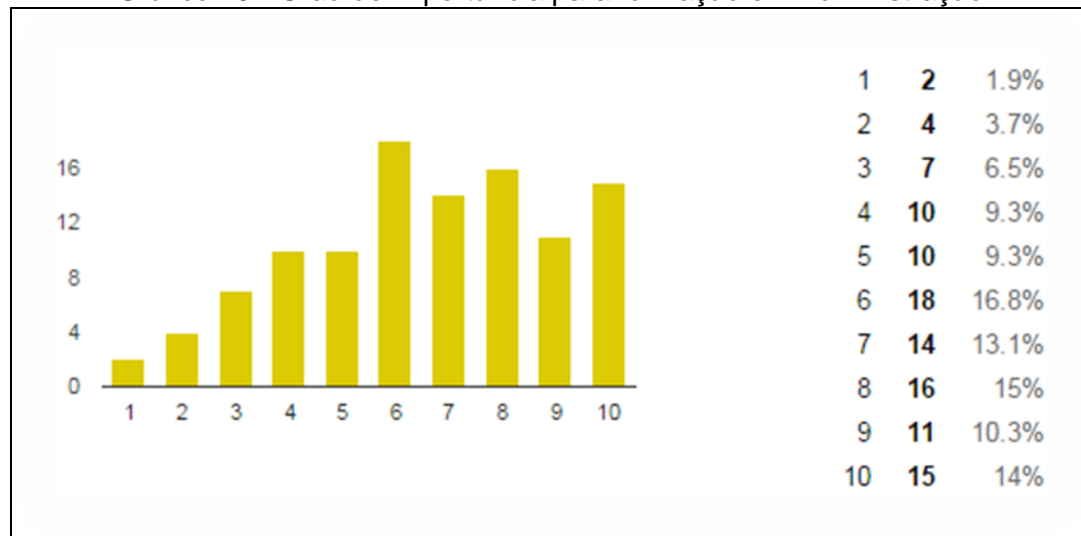
Gráfico 28 - O assunto deveria ser abordado dentro do curso



Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

Ao solicitar que atribuísssem um grau de importância ao tema para sua formação em administração (gráfico 29), podemos verificar que 52,4% consideram importante a muito importante para sua formação, 26,1% são indiferentes, 15,8% consideram pouco importante e 5,6% consideram sem nenhuma importância para a formação em administração.

Gráfico 29 - Grau de importância para formação em Administração



Fonte: Elaborado pela autora - Google Docs (2015)

Podemos notar que mais da metade consideram o assunto *importante a muito* importante para sua formação. Saber planejar seu futuro, principalmente o financeiro faz parte das habilidades de um administrador. Ticiano (2012) coloca que o gestor de

hoje deve aprender a ser primeiramente gestor da própria carreira, devendo estar ciente, inclusive, que lhe cabe preparar sua aposentadoria, com um plano previdenciário que lhe permita satisfazer suas pretensões futuras.

4.3 DISCUSSÃO DOS ACHADOS DA PESQUISA

A análise geral deste estudo ficou dividida em dois momentos. No primeiro momento buscou-se levantar os dados gerais dos participantes, buscando informações como, sexo, fase predominante, período, idade, fonte de renda, valor da renda, renda familiar e até nível de escolaridade dos pais, a fim de verificar se há predominâncias ou comportamentos distintos na compreensão dos estudantes, influenciados por algumas dessas características.

No segundo momento fez-se a análise da compreensão da população investigada sobre vários fatores a respeito do tema, questionando sobre suas atitudes, planejamentos, percepções, intenções e grau de importância que atribuem ao assunto, tanto para seu planejamento financeiro, quanto para sua formação em administração.

Os achados foram muito importantes para construção desse estudo. Foi possível verificar, por exemplo, o perfil dos alunos que possuem um plano de previdência complementar, características dos alunos que consideram apenas a renda do INSS para se aposentar, dos que afirmam saber definir o que é previdência complementar, dos que afirmam não saber do que se trata, entre outros.

Foi possível perceber também que mais na metade dos alunos possui pouco conhecimento, com relação ao tema desta pesquisa, o que influencia diretamente no planejamento financeiro de cada estudante, onde quase a metade informou que não o possui. Ao analisar do ponto de vista da formação de administradores que não possuem planejamento financeiro pessoal, os dados encontrados mostram que de fato podem não estar preparados para lidar com as adversidades que uma gestão pode enfrentar, pois primeiramente seria importante cuidar das próprias finanças.

A exemplo, podemos verificar que os 16% que possuem um plano de previdência complementar, são todos solteiros, 77% deles possuem idade de 18 a 24 anos, nenhum deles está na sexta fase, apenas 18% afirmam ter aprendido noções de finanças pessoais em alguma matéria do curso, sendo todos na matéria optativa de finanças

pessoais. Todos eles afirmam não considerar apenas a renda do INSS para se aposentar e 36% dos que possuem o plano afirmam que possuem, pois seus pais fizeram o plano para eles, os demais acreditam que o INSS não vai cobrir seu padrão de vida e que desejam ter uma aposentadoria tranquila. Outro fato considerável é que 83% dos pais desses alunos que possuem plano de previdência possuem nível superior ou estão cursando. Como foi abordado no gráfico 14, segundo IBGE, apenas 7,9% da população brasileira possuem nível superior. É possível que esse seja um fator importante para a adesão à previdência complementar por parte desse grupo de alunos.

Aos estudantes que afirmam contar apenas com a renda do INSS para se aposentar (22,6%) um total de 75% são do sexo feminino. 75% do total de estudantes que contam apenas com a renda do INSS informaram não saber ou sabem mais ou menos definir o que é previdência complementar, e 92% acreditam que o tema deveria ser abordado em alguma disciplina obrigatória dentro do curso. Isso permite concluir que falta conhecimento acerca do assunto, de forma que, se não entendem as dificuldades da previdência social, tão pouco entenderão da necessidade da previdência complementar. No entanto, existe a vontade de aprender, onde quase todos esses estudantes gostariam de estudar sobre o tema dentro do curso.

Ao analisar os estudantes que afirmaram saber definir o que é previdência complementar, verificamos que apenas 15% consideram somente a renda no INSS para se aposentar, e 87,5% consideram o tema Previdência Complementar importante para seu planejamento financeiro. Assim, é possível verificar que em algum momento esses estudantes entenderam a importância do tema, frente às incertezas dos benefícios de aposentadoria que o INSS pode conceder e já planejam não contar apenas com essa renda, o que demonstra a iniciativa de um planejamento financeiro.

Buscou-se verificar também o perfil dos respondentes que afirmaram não saber o que é previdência complementar (23,6%), ao buscar nesse grupo a informação sobre possuírem previdência complementar, constatou-se que de fato nenhum deles possuem um plano. O questionamento feito aos estudantes que não possuem plano de previdência complementar, sobre o motivo da não adesão, abrangendo no caso 100% dos respondentes que estão sendo citados nesse parágrafo, ficou entre: Não saber do

que se trata e ser muito jovem para pensar em aposentadoria. E por fim, 70% desses estudantes afirmaram não terem aprendido noções de finanças pessoais em alguma disciplina do curso. Será que o que falta para esses estudantes não é informação e conhecimento sobre o assunto? Tendo em vista sua futura formação, será que não surge aqui uma possível sugestão de incluir a disciplina Finanças Pessoais dentro da formação do Administrador pela UFSC?

São diversos dados relevantes levantados em um meio tão escasso de materiais sobre a importância do referido tema. Segundo Silva; Nobre e Costa (2013) o tema Previdência, seja de caráter público ou privado, tem surgido frequentemente nas mídias e também na literatura especializada, principalmente em decorrência das constantes reformas que o sistema tem passado, devido à crise fiscal que o país tem evidenciado nos últimos anos. No entanto, os autores afirmam que a quantidade de artigos e produções sobre a temática no Brasil ainda é muito limitada e sugerem que novas pesquisas sejam feitas com estudos mais aprofundados sobre a Previdência (SILVA; NOBRE; COSTA, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou responder o seguinte objetivo geral "verificar qual a compreensão de estudantes das quatro últimas fases do curso de administração da UFSC, sobre o planejamento financeiro por meio da previdência complementar". Esse objetivo foi alcançado por meio de quatro objetivos específicos, sendo eles: descrever, por meio de fundamentação teórica aspectos centrais do tema Planejamento Financeiro; contextualizar e apresentar compreensão sobre a Previdência Complementar; analisar como ocorre o planejamento financeiro por meio da Previdência Complementar; e verificar como os estudantes das quatro últimas fases do Curso de Administração compreendem e se compreendem o planejamento financeiro por meio da Previdência Complementar.

Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre diversos fatores relevantes ao tema planejamento financeiro, com o intuito de fundamentar o assunto através dos conceitos dos autores e posteriormente contextualizar com o entendimento dos jovens. Verificou-se então que 45,3% afirmou não realizar nenhum tipo de planejamento financeiro, o que preocupa muito, pois trata-se de alunos que já estão entre as últimas fases e, portanto, mais perto da formação. A importância do planejamento dentro da Administração é clara entre os estudantes, mas será que no âmbito financeiro vem sendo bem trabalhada? 72,6% dos estudantes afirmam não ter cursado nenhuma matéria que lhes proporcionasse algum conhecimento de finanças pessoais. Administradores deveriam primeiramente ser bons gestores de sua própria carreira, para assim conseguir atingir o melhor gerenciamento das empresas.

Para contextualizar e apresentar compreensão sobre o tema Previdência Complementar, buscou-se apresentar um grande apanhado sobre o conceito de previdência, contexto previdenciário no Brasil, estrutura geral do sistema de previdência, previdência social e previdência complementar, abordando também EAPC e EFPC.

Já na pesquisa com os estudantes o que se observa é que a compreensão deles sobre o tema é muito pequena, considerando a frequência com que o assunto vem sendo abordado nas mídias no ano de 2015, e em virtude das mudanças que o sistema de previdência social necessita fazer para alcançar o superávit. A quantidade de

estudantes que possuem um plano de previdência complementar é menor ainda, e os motivos que mais aparecem por não possuírem um plano são: não sei do que se trata, me considero muito jovem para pensar em aposentadoria, e o mais votado, não possuo condições financeiras.

Com relação ao primeiro motivo “não sei do que se trata”, constatamos que uma pequena quantidade afirmou saber definir o que é previdência complementar, o segundo motivo “considero-me muito jovem para pensar em aposentadoria”, foi bem trabalhado ao longo desse estudo, onde foi abordada por alguns autores, a importância de iniciar um planejamento para aposentadoria desde muito cedo. Como no caso da previdência complementar, quanto mais cedo começam as reservas, menor será o valor desprendido por mês, maior será o período que o dinheiro ficará aplicado, trazendo então maior rentabilidade. No caso do terceiro motivo “não possuo condições financeiras”, observou-se que a renda familiar desses alunos é bem elevada, e acima do teto máximo pago como benefício de aposentadoria pelo INSS, mostrando assim a necessidade de pensar em uma previdência complementar a fim de manter o mesmo padrão de vida.

Ao verificar as respostas e dados dos estudantes para entender como ocorre o planejamento financeiro por meio da Previdência Complementar, abordaram-se questões como possuir planejamento financeiro e possuir previdência complementar. Como mencionado, pouco mais da metade desses estudantes possuem algum planejamento financeiro, e uma pequena parcela possui previdência complementar, mesmo assim, a grande maioria dos estudantes da considera o tema importante para seu planejamento financeiro, isso inclui até mesmo quem afirmou não saber definir o que é previdência complementar. Entende-se que os estudantes consideram o tema importante, porém não costumam poupar, por falta de condições financeiras, por acharem que ainda não é o momento, e por carecerem de conhecimento sobre o tema.

É importante ressaltar também, que quase todos os respondentes dessa pesquisa consideram que o assunto Previdência Complementar deveria ser abordado dentro do curso de Administração da UFSC, dessa forma, verificou-se então, como os estudantes compreendem e se compreendem o planejamento financeiro por meio da

previdência complementar. Constatou-se que poucos compreendem, provavelmente, é o motivo pelo qual gostariam de aprender sobre o assunto.

Por fim, tendo em vista os achados e conclusões desta pesquisa, sugere-se então a continuidade em estudos futuros, que aprofundem na necessidade de trabalhar o tema Educação Previdenciária na formação superior. Sugere-se ainda um estudo para focar na previdência complementar como diferencial competitivo nas empresas, com o intuito de verificar o índice de adesão por parte dos funcionários e comparar o entendimento sobre o assunto por parte dos jovens, nas empresas que possuem esse benefício e nas empresas que não possuem. Temas que, de certo modo, concentram inquietações a partir desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Isalva. **A Prática da Educação Financeira**. 2007. Disponível em: <http://www.conpet.gov.br/artigos/artigo.php?segmento=&id_artigo=10>. Acesso em: 27 maio 2015.
- ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, Dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2011.
- AMARAL, Tania Raquel dos Santos. **Análise de performance de fundos de investimento em previdência**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-10122013-154317/pt-br.php>>. Acesso em: 24 maio 2015.
- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada as Ciências Sociais**. 8. edição. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.
- BARROS, Aildil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida da Souza. **Fundamentos da metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988, p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 maio 2015.
- BRASIL. Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977. Dispõe sobre as entidades de previdência privada. **Diário Oficial da União**, 20 jul. 1977, p. 9193. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6435.htm>. Acesso em: 20 maio 2015.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Previdência complementar**: cartilha do Participante. Brasília: MPS, 2008. Disponível em: <<http://www.abrapp.org.br/Documentos%20Pblicos/GuiaDoParticipante.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2015.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. Portal PREVIC. **Previdência Associativa e Instituidor**. Disponível em: <<http://www.previc.gov.br/a-previdencia-complementar-fechada/previdencia-associativa-e-instituidor-1>>. Acesso em: 12 ago. 2015a.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Cenário Fiscal Brasil 2015/2016**. 2015b. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/apresentacoes/apresentacoes-2015/apresentacao_cenario-fiscal_dyogo.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

CARVALHO, F. J.; MURGEL, M. I. **Tributação de fundos de pensão**. Belo Horizonte: Decálogo, 2007.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 7. ed. São Paulo: Ltr, 2006.

CAZASSA, Valter. **Os Fundos de pensão na atualidade**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000140&pid=S1984-9230201200020000600017&lng=es>. Acesso em: 22 abr. 2015.

CERVO, Amado Luiz; BEVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAN, Betty Lídia; SILVA, Fabiana Lopes; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Fundamentos da previdência complementar**: da atuária à contabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

CHAN, Betty Lilian; SILVA, Fabiana Lopes da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Fundamentos da previdência complementar**: da atuária a contabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COELHO, Namilton Nei Alves; CAMARGOS, Marcos Antônio de. Fundos de pensão no Brasil: uma análise dos fatores determinantes para sua expansão na perspectiva dos seus gestores. **O&S**, Salvador, v. 19, n. 61, p. 277-294, abr./jun. 2012.

CORREA, Sonia Maria Barros Barbosa. **Probabilidade e estatística**. 2. ed. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003.

CORREIA, Andik. Educação como base para um futuro financeiro saudável. 2014. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/mobile/artigos/economia-e-financas/educacao-como-base-para-um-futuro-financeiro-saudavel/80651/>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

DELBONI, Denise Boiani. **A Previdência Complementar como instrumento da política de recursos humanos**: estudo em empresas do setor farmacêutico. São Paulo: FGV, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2570/86615.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

DIAS, Renato Feliciano; CABRAL, Ligia Maria Martins. **História da eletros**. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1997.

ELLERY JUNIOR, Roberto de Goes; BUGARIN, Mirta N. S. Previdência social e bem estar no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 27-57, 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/830/598>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

FERREIRA, Aldo Julio. **A Nova formação das entidades fechadas de Previdência Complementar**. Monografia (Especialização em Gestão Executiva de Fundos de Pensão) - Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília, 2008.

FOLLADOR, Renato. **Uma receita de previdência e finanças para projeto de vida**. São Paulo: Atlas, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pirâmide Etária**. 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/piramide/piramide.shtm>. Acesso em: 27 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxa de fecundidade**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2015.

HSBC. **O Futuro da Aposentadoria: um ato de equilíbrio, 2015**. Disponível em: https://www.hsbc.com.br/1/PA_esf-ca-app-content/content/hbbr-pws-gip16/portugues/personal/comum/pdf/relatorio-completo-futuro-da-aposentadoria-2013.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

JARDIM, Maria Aparecida Chaves. **A Previdência social e o mercado de Previdência Privada: um olhar sociológico**. 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LUQUET, Mara. **Guia valor econômico de planejamento da aposentadoria**. São Paulo: Globo, 2001.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Macedo. **O Tempo, Economia**. 2010. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/economia/jurandir-sell-macedo-jr-1.586178>>. Acesso em: 24 out. 2015.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A Árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. Florianópolis: Insular, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTELLO, Alexandro. **Governo prevê alta de 40% no déficit da Previdência em 2016.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/governo-preve-alta-de-40-no-deficit-da-previdencia-em-2016.html>>. Acesso em: 17 out. 2015.

MARTINS, Sergio Pinto. **Reforma previdenciária.** São Paulo: Atlas, 2004.

NASCIMENTO, Sergio. **Entidades abertas de previdência privada.** São Paulo: Ltr, 2004.

NERY, Pedro Fernando. Fórmula 85/95: que Estados pagam o fim do fator previdenciário? 2015. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2015/07/06/formula-8595-que-estados-pagam-o-fim-do-fator-previdenciario/>>. Acesso em: 24 maio 2015.

PEREIRA, José Matias. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PINHEIRO, Ricardo Pena. **A demografia dos Fundos de Pensão.** Brasília: Ministério da Previdência Social, 2007. (Previdência Social; v. 24)

PINHEIRO, Ricardo Pena. **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão.** Artigo publicado no Livro “Fundos de Pensão e Mercado de Capitais” lançado pelo Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia e Editora Peixoto Neto, em set/2008 na cidade de São Paulo-SP. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_090420-113416-244.pdf>. Acesso em: 24 maio 2015.

PINHEIRO, Waldomiro Vanelli. **A reforma da previdência.** Frederico Westphalen: URI, 1999. v. 1.

POVOAS; Manuel Sebastião Soares. **Previdência privada:** planos empresariais. Rio de Janeiro: Fundação Escola Nacional de Seguros, 1990.

RAMOS, Albenides. **Metodologia da pesquisa científica:** como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009.

REZENDE, Fernando. **Finanças públicas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RICIOLI, Reginaldo. **O Marketing de distribuição da previdência complementar aberta.** Rio de Janeiro: FUNENSEG, 2002. (Caderno de seguros: teses; v. 7, n. 12).

RODARTE, José Claudio. **A evolução da previdência complementar fechada o Brasil, da década de 70 aos dias atuais:** expectativas, tendências e desafios. 2011.

Monografia (Bacharel em Ciências Atuariais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

RUDIO, Franz Vitor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, José Odílio dos. **Finanças pessoais para todas as idades**: um guia prático. São Paulo: Atlas, 2014.

SCHWARZ, A. **Pension system reforms**. Washington: World Bank, 2006. (Discussion Paper, 0608). Disponível em: <http://ideas.repec.org/a/bej/issued/v4y2001i2cathal.html>>. Acesso em: 23 maio 2015.

SEGUNDO FILHO, José. **Finanças Pessoais**: invista no seu futuro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Previdência Social um Direito Conquistado**: resgate histórico, quadro atual e propostas de mudanças. 2. ed. Brasília: [s.n], 1997.

SILVA, Lara Lúcia; NOBRE, Laura Loredana Crisóstomo; COSTA, Thiago de Melo Teixeira da. A análise da produção científica em administração sobre a previdência brasileira: meta-avaliação da produção nos eventos da ANPAD. In: ENCONTRO DA ANPAD, 37., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_APB60.pdf>. Acesso em: 18 out. 2015.

SILVA, Rodrigo Valverde. **Atendimento às regras, princípios e práticas de governança em entidades fechadas de previdência complementar**. 2009. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93425/275709.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 maio 2015.

SOUZA JUNIOR, Geraldo de Assis. **A nova fase das entidades fechadas de previdência complementar no Brasil**: tendências e aspectos contábeis. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SOUZA JUNIOR, Geraldo de Assis. **Estudo sobre a sobrecarga e despesa administrativa nas entidades fechadas de previdência complementar Núcleo Universitário São Gabriel**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA em Previdência Complementar) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP). História do seguro. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/historia-do-seguro>>. Acesso em 24 maio 2015.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

TICIANO, JOSE. **Planejamento estratégico e processo decisório**. 2012. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/planejamento-estrategico-e-processo-decisorio/64798/>>. Acesso em: 25 out. 2015

WEINTRAUB, Arthur Bragança de Vasconcellos. **Previdência privada**: atual conjuntura e sua função complementar ao regime geral da previdência social. 2. ed. São Paulo: J. de Oliveira, 2003.

ZORZI, Adriane. **Explorando interfaces entre as ferramentas BSC e metodologia MCDA-C**: construção de um modelo de gestão para o setor de contabilidade de uma entidade fechada de previdência complementar. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/89699/238628.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 maio 2015.

ZYLBERSTAJN, H.; AFONSO, L. E.; SOUZA, A. P. Reforma da previdência social e custo de transição: simulando um sistema universal para o Brasil. **Revista de Contabilidade e Finanças da USP**, São Paulo, especial atuária, p. 56-74, dez. 2006.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Esse questionário foi desenvolvido para pesquisar a compreensão de estudantes do curso de administração da UFSC, sobre o planejamento financeiro por meio da previdência complementar.

Você não precisa se identificar. O tempo aproximado para respondê-lo é de 3 minutos. Não existem respostas certas ou erradas, porém, procure ser o mais exato/real em suas respostas. Por fim, informamos que sua ajuda é extremamente importante para a pesquisa e agradecemos sua participação.

Dados Gerais

1- Você é graduando (a) de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina?

☐ Sim

☐ Não - Obrigada por sua participação na pesquisa.

2- Em que fase você se encontra?

Assinale a fase que você está realizando maior número de disciplinas:

☐ 1ª fase

☐ 2ª fase

☐ 3ª fase

☐ 4ª fase

☐ 5ª fase

☐ 6ª fase

☐ 7ª fase

☐ 8ª fase

☐ 9ª fase

3- Em qual período você está matriculado?

☐ Diurno

☐ Noturno

4- Sexo:

☐ Masculino

☐ Feminino

5- Qual a sua faixa etária?

☐ Menos de 18 anos

☐ Entre 18 e 24 anos

☐ Entre 25 e 31 anos

☐ Mais de 31 anos.

6- Estado civil

- ☐ Solteiro(a)
- ☐ Casado(a)
- ☐ Divorciado/Separado(a)
- ☐ Viúvo(a)
- ☐ União estável
- ☐ Outro:_____.

7- Qual a sua principal fonte de renda?

- ☐ Emprego formal
- ☐ Emprego informal
- ☐ Bolsa de estudo
- ☐ Estágio
- ☐ Mesada
- ☐ Outro:_____.

8- Qual a sua renda atual?

- ☐ Até R\$ 1499,99 reais
- ☐ R\$ 1.450,00 a 2.899,99 reais
- ☐ R\$ 2.900,00 a 5.499,99 reais
- ☐ R\$ 5.500,00 a 7.899,99 reais
- ☐ R\$ 7.900,00 a 12.499,99 reais
- ☐ R\$ 12.500,00 ou mais.
- ☐ Não possui renda

9- Qual a renda total de sua família?

- ☐ Até R\$ 1499,99 reais
- ☐ R\$ 1.450,00 a 2.899,99 reais
- ☐ R\$ 2.900,00 a 5.499,99 reais
- ☐ R\$ 5.500,00 a 7.899,99 reais
- ☐ R\$ 7.900,00 a 12.499,99 reais
- ☐ R\$ 12.500,00 ou mais.

10- Qual o maior grau de escolaridade de seu pai?

- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino superior incompleto
- ☐ Ensino superior completo
- ☐ Pós graduação (especialização, mestrado, doutorado, mba's)

11- Qual o maior grau de escolaridade de sua mãe?

- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo

- () Ensino superior incompleto
- () Ensino superior completo
- () Pós graduação (especialização, mestrado, doutorado, mba's)

Planejamento Financeiro – Previdência Complementar

12- Você cursou alguma disciplina na qual tenha aprendido noções de finanças pessoais?

() _____) Sim.

Qual? _____

() Não

13- Você possui algum planejamento financeiro pessoal?

() _____) Sim.

Qual? _____

() Não

14. Sua família costuma fazer planejamentos financeiros?

() _____) Sim.

Qual? _____

() Não

15- Você pensa/planeja sua aposentadoria?

() Sim

() Não

16- Considera apenas a renda do INSS para se aposentar?

() Sim

() Não - Quais outras rendas? _____

17- Você sabe definir o que é Previdência Complementar?

() Sim

() Não

() Mais ou menos

18- Possui um plano de Previdência Complementar?

() Sim

Por quê?

() Não acredito que a renda do INSS vai atender meu padrão de vida

() Quero ter uma aposentadoria financeiramente tranquila

() Apenas me ofereceram em algum banco e aceitei fazer

() Eu tenho apenas por ser um benefício na empresa onde trabalho

() Tenho, pois meus pais fizeram para mim

() Apenas considero importante

() Outro: _____

☐ Não

Por quê?

☐ Não sei do que se trata

☐ Acho que sou muito jovem para pensar na aposentadoria

☐ Acredito que a renda do INSS será suficiente

☐ Eu não acho um bom investimento

☐ Eu não tenho condições financeiras para contratar um plano de previdência complementar no momento

☐ Outro: _____

19- Se possui um plano de previdência complementar, Qual?

☐ PGBL

☐ VGBL

☐ Instituído (associativo)

☐ Não sei onde meu plano se enquadra

☐ Não possui

20- Você considera o tema previdência complementar relevante para seu planejamento financeiro?

☐ Sim

☐ Não

21- Qual grau de importância você atribui?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10

22- Você acredita que o assunto previdência complementar deveria ser abordado dentro de alguma disciplina do curso de Administração da UFSC?

☐ Sim

☐ Não

23- Qual grau de importância você atribui ao tema para a formação em Administração?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10

Muito Obrigada!